

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO SETE** -----

----- No dia 18 de Junho de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Blasco Hugo Correia Fernandes, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Angelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Jorge Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Cairo, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António

Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Rodolfo José Caseiro, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, António Manuel Passos Rapoula, Januário Gomes da Costa, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, João Gordo Martins, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Nelson Miguel Coelho.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Alberto Francisco Bento, António José Borges Gonçalves de Carvalho, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Francisco David Carvalho da Silva Dias, João de Deus Gomes Pires, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira.. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Prôa. -----

----- João Pedro Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Francisco José Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Páscoa Baptista. -----

----- Graça Mexia (PCP), por um dia, não tendo sido substituída. -----

----- Feliciano David (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rodolfo José Caseiro. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foi justificada a falta e admitida a substituição do seguinte Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Carlos Rodrigues dos Santos (PS), Presidente da Junta de Campolide, por Januário Gomes da Costa. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Saldanha Serra (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 28 de Maio de 2002. -----

----- Jorge Manuel Ferreira (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 28 de Maio e também à presente reunião. -----

----- Fernando Saraiva (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 10 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Sra. D. Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço**, moradora na Rua Senhora do Monte, nº 28 – 4º D 1170-361 Lisboa, falando na qualidade de porta-voz de um conjunto de moradores, leu, para que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento e interviesse sobre a matéria, uma carta que enviara ao Sr. Presidente da Câmara com o seguinte teor: -----

----- “Gostariam os moradores da Rua Sra. do Monte, na Freguesia da Graça, de lhe transmitir algumas preocupações que lhe suscitam a obra iniciada em meados de Maio passado. -----

----- 1) Uma empresa que se identifica com as iniciais OPCA, chegou e sem qualquer outra informação tal como: responsável de obra, licença da CML, início e previsão de conclusão da mesma, montou vedação do espaço com inclusão total do passeio, ou seja, sem deixar qualquer espaço para os peões transitarem, inclusivamente tapando a frente do prédio ao lado. Não satisfeitos com este abuso, vedaram também o passeio oposto. -----

----- 2) Os moradores dos prédios 32, 38 e da Rua Projectada, contíguos ao edifício em construção, estão preocupadíssimos já que as escavações que estão a ser efectuadas, e não sendo tomadas as medidas necessárias, poderão por em risco aquelas construções e, como V. Exa sabe há várias casos com situações lamentáveis. -

----- 3) A acrescentar a todo este desrespeito e arbitrariedade instalaram dois contentores frente ao prédio nº. 32, formando uma barreira à altura do 2º. andar. -----

----- 4) A Junta de Freguesia instada pelos moradores tem tentado, junto dos Serviços camarários obter informações sobre a justeza destes procedimentos, mas sem conseguir quaisquer resultados. -----

----- 5) Os munícipes vêm manifestar o seu desagrado pela arrogância e total falta de respeito para com os seus elementares direitos de circulação, quer pedonal, quer de carro, já que, com esta arbitrariedade de colocação de placas de estacionamento proibido, foram retirados uma série de espaços de estacionamento, tão escassos no nosso bairro. -----

----- Sr. Presidente, -----

----- É urgente a tomada de medidas para que não sejamos confrontados com o facto consumado, e porque somos daqueles que ainda queremos acreditar que, colaborando e exigindo o funcionamento dentro das regras instituídas e do respeito mútuo, aqui estamos a apelar ao seu directo empenhamento e ficamos a aguardar breves notícias sobre o assunto. -----

----- Gratos pela atenção que estamos certos nos dispensará, apresentamos os nossos melhores cumprimentos, os subscritores”. (Seguem-se 30 assinaturas). -----

----- Entregou na Mesa a carta acabada de ler. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que iria providenciar, junto da Câmara, para saber o que se passava com a situação acabada de referir. -----

----- **O Sr. Lucindo Ribeiro Cardoso**, morador na Rua de Campolide, nº 73 – 3º 1070-027 Lisboa, disse que já tinha ali referido que pensava não mais ter de voltar à Assembleia Municipal depois da Câmara ter indeferido os pedidos de licenciamento

aos comerciantes que possuíam as duas chaminés no seu prédio, tendo até na altura agradecido à Assembleia Municipal, e dum modo especial ao Sr. Presidente, todas as diligências efectuadas junto da Câmara para uma rápida e correcta solução do caso dentro do Direito e dos regulamentos camarários. -----

----- No próximo dia 2 de Agosto fazia já um ano que os infractores foram notificados, mas, apesar disso, os seus direitos à saúde, ao bom ambiente e à segurança, continuavam a ser violados tal como quando as ditas chaminés foram colocadas há já sete longos e dolorosos anos, pois se exceptuassem o abusivo prolongamento do funcionamento até às três ou cinco horas da manhã do principal infractor, que logo a seguir ao indeferimento da Câmara trespassara o estabelecimento para outro arrendatário exercer a mesma actividade, tudo continuava na mesma. -----

----- Aliás, no rés-do-chão, uma área com cerca de dois terços do espaço já que o outro terço era pertença do restaurante infractor, onde até agora funcionava um pronto-a-vestir preparava-se a instalação de um novo restaurante com autorização para instalação da respectiva cozinha e chaminé, dada pela senhoria e com a cobertura do seu advogado que também é advogados dos outros infractores. -----

----- Disse, ainda, que quando se chamava a atenção para o indeferimento do licenciamento dos estabelecimentos infractores, a resposta era que tudo estava legal conforme as regras da Câmara, e que esses indeferimentos foram no tempo dos comunas e dos socialistas, agora o Presidente da Câmara era outro tudo voltava atrás e iria continuar como sempre esteve. -----

----- Concluiu dizendo que esperava que os infractores não tivessem razão naquilo que diziam e as coisas não se passassem exactamente assim, mas que, pelo contrário, as exigências do despacho de notificação da Câmara fossem cumpridas na íntegra e o mais rapidamente possível. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que providenciaria no sentido de averiguar qual era a situação. -----

----- **O Sr. José Manuel de Jesus Pinheiro**, morador na Rua de Pedrouços, 66 – 2º dtº 1400-290 Lisboa, falando na qualidade de Presidente do Núcleo dos Antigos Alunos da Escola Comercial Ferreira Borges, disse que recentemente fora tornado público que era intenção do Sr. Ministro da Educação extinguir a escola e incorporar na mesma os alunos da Escola Rainha D. Amélia, que ia fechar, e dar-lhe o nome dessa Escola. -----

----- Disse, depois, que a Escola Ferreira Borges tinha 107 anos de existência, pelo que apelavam ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a toda a Vereação que intercedessem nessa intenção do Sr. Ministro de acabar com o nome da Escola Ferreira Borges, cujo patrono dedicara a sua obra à educação e que igualmente foi um democrata, jurisconsulto e autor do primeiro Código Comercial Português. -----

----- Disse, ainda, que já manifestaram publicamente o repúdio do Núcleo dos Antigos Alunos por essa intenção directamente ao Sr. Ministro e à comunicação social, e presentemente estavam a recolher assinaturas de antigos alunos, professores e funcionários, em forma de abaixo-assinado, para entregar ao Sr. Ministro. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Comissão Permanente de Educação tem acompanhado este tipo de processos e continuaria a fazê-lo. De qualquer maneira providenciaria para que essa sequência de trabalho da Comissão juntamente com a Escola continuasse. -----

----- **A Sra. D. Rita da Conceição Teles**, moradora na Calçada da Tapada, nº 144 Porta 31 – 2º dtº 1300-551 Lisboa, falando em nome dos moradores da Vila Teixeira, na Calçada da Tapada, disse que viviam ali há 28 anos perto de 40 famílias em casas que estavam a cair, casas que não tinham condições nenhuma. Por exemplo, ela própria vivia com seis filhos em duas divisões, os tectos e o soalho estavam a cair, chovia como na rua, chegaram já ao ponto de nem terem escadas para subir e descer porque estava tudo em ruína. -----

----- Reconhecia que havia mais gente a viver em condições más, mas como viviam os moradores da Vila Teixeira não acreditava que houvesse. Nem os cães tinham condições tão más como aquelas em que viviam todas essas famílias. -----

----- Disse, ainda, que a sua casa já tinha sido filmada várias vezes, já lá estive a televisão várias vezes, já tinha tido muitas promessas mas até hoje, infelizmente, não tinham resolvido o problema pelo que continuava a viver com os seus filhos numa casa sem o mínimo de condições. -----

----- Por isso, pedia que olhassem para a situação em que estavam a viver as famílias da Vila Teixeira e lhes dessem casas condignas, porque 28 anos era tempo demais para viver nas condições em que viviam. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o pedido estava feito, o Sr. Vice-Presidente da Câmara e os Deputados Municipais ouviram o apelo que foi feito, mas, de qualquer forma, mandaria transcrever a intervenção e dela daria conhecimento à Câmara e a todos os Grupos Municipais. -----

----- **A Sra. D. Maria Helena Craveiro**, moradora na Rua Maria Brown, nº 9 – 8º B 1500 Lisboa, disse tinha duas crianças na Escola Secundária Rainha D. Amélia e vinha pedir a intervenção da Assembleia Municipal no sentido de ajudar os encarregados de educação a dar continuidade ao projecto educativo que tem estado em curso nessa Escola. Mas para que se percebesse o porquê da situação passava a expor os factos. -----

----- O Sr. Ministro da Educação, através da DREL, anunciara que a Escola Rainha D. Amélia seria extinta e seria fundida com a Escola Ferreira Borges, que estava vocacionada para o ensino técnico-profissional, e o Secretário de Estado referia que a política educativa era pela via da fusão. -----

----- Contudo, apesar do edifício da Escola Secundária Rainha D. Amélia ser antigo e ser arrendado, o motivo não era financeiro nem de segurança: era apenas político. Mas não existia despacho para a extinção, não havia projecto para a fusão, apenas havia indefinição! Prometia-se dar continuidade ao projecto educativo e prometiam-se soluções para garantir que o corpo docente e as turmas fossem mantidas. -----

----- Só que a duas semanas das inscrições não havia projecto, não havia definição do modo de funcionamento, não se sabia como se iria contornar a fusão de dois corpos de

alunos com práticas diferentes, não se sabia como seria a segurança na nova escola nem como articular dois tipos de ensino diferentes. -----

----- A Associação de Pais estava preocupada com o facto de se tomarem decisões sobre um projecto que não estava definido e por não haver dados que lhe permitissem tomar decisões já que não havia garantias escritas. Ou seja, a Associação de Pais, a três meses do início das aulas, não sabia qual o futuro que se apontava para a terceira escola pública do País, como não sabia, já que o enquadramento não estava definido, qual iria ser o projecto educativo, embora o Sr. Ministro dissesse que estava a pensar no assunto. -----

----- Portanto, entendendo a Associação de Pais que não se deviam tomar decisões baseadas em projectos que não existiam, pedia à Assembleia Municipal que a ajudasse a evitar a destruição do projecto educativo para que este pudesse ser continuado planeando com tempo a futura fusão da escola e garantindo a continuidade necessária à evolução estável dos alunos. -----

----- Terminou dizendo que destruir uma escola era como destruir uma catedral, porque depois de o fazer era impossível reconstruir. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Assembleia Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Educação, tem acompanhado estes processos. Seguramente que o Presidente e os restantes membros da Comissão presentes ouviram a intervenção e continuariam empenhados no apoio a uma solução adequada para a questão acabada de colocar. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números três, quatro e cinco, previamente distribuídas, e como ninguém desejou intervir sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido admitidas e estavam já a ser distribuídas as seguintes Moções: -----

----- **MOCÃO N° 1** -----

----- “1. A chamada Calçada Portuguesa é uma expressão artística e artesanal bem enraizada em todo o País, sobremaneira em Lisboa. -----

----- Pode dizer-se, dizendo a verdade, que faz parte do património cultural português e lisboeta. -----

----- Como tal, merece especial protecção e cuidado, não só no sentido de preservar as valias das suas existentes manifestações de qualidade, como no de obviar a que o passar do tempo e a evolução tecnológica possam vir a prejudicar, por falta de formação técnico-artística adequada ou por outras circunstâncias, a continuidade da sua existência e a impedir a sua presença em novas intervenções urbanísticas. -----

----- 2. Se é verdade que o que acima se diz não parece passível de controvérsia, não é menos que a situação actual da Calçada Portuguesa na Cidade de Lisboa merece

reflexão e análise, a fim de que se possa concluir sobre o leque de medidas que, a este respeito, a modernização e a qualidade da vida urbana impõem. -----

---- 3. É facto que se em inúmeros locais da cidade a presença da Calçada Portuguesa é elemento incontestável de valorização e se reveste de grande dignidade urbana, a sua aplicação indiscriminada a praticamente todos os passeios e largos oferece inconvenientes que parecem incompatíveis com tal valorização e tal dignidade. -----

---- 3.1. Grande quantidade de passeios encontra-se permanentemente em mau estado, provocando graves inconvenientes de ordem estética e, sobretudo, de segurança e comodidade para quem sobre eles circula; -----

---- 3.2. A reconstrução de passeios após intervenções de qualquer ordem parece ser feita por pessoal não qualificado, as compactações com areia/gravilha são executadas sem os cuidados mínimos e a escolha das pedras é feita sem qualquer critério; -----

---- 3.3. A esmagadora maioria dos passeios da cidade estão pejados de buracos, são ondulados e não planos, e prestam-se a ser, são, objecto de permanente vandalismo; --

---- 3.4. As deformações presentes na generalidade dos passeios têm consequências graves no que á drenagem de águas pluviais diz respeito, sendo responsáveis por inúmeras inundações; -----

---- 3.5. A Calçada Portuguesa, na maior parte dos passeios da cidade, transforma-se, assim, de elemento de valorização em fonte de insegurança e de mau aspecto. -----

---- 3.6. Constitui, além disso, e em inúmeros casos, uma fonte de inaceitáveis barreiras para os deficientes motores quem têm o respeitabilíssimo direito de circular em melhores condições. -----

---- 4. Não colherá, a este respeito, culpar vereações ou anatemizar gestores. Colhe, sim, verificar corajosamente a situação e analisar as suas causas, entre as quais se poderá salientar: -----

---- 4.1. A escassez de pessoal qualificado, pelo menos em relação à enorme superfície da cidade que é coberta por Calçada Portuguesa; -----

---- 4.2. A ausência, ou impossibilidade, de um planeamento exequível no que se refere à reconstrução de calçadas onde houve intervenções; -----

---- 4.3. A virtual impossibilidade de acorrer atempadamente a todas as necessidades de manutenção corrente ou de reconstrução. -----

---- 5. A fim de preservar o que deve ser preservado, de expandir para novas áreas a valorização que a Calçada Portuguesa pode proporcionar, e de proporcionar aos munícipes a fruição de passeios devidamente seguros, higiénicos, de aceitável aspecto estético e que não se constituam em mais uma barreira para os deficientes motores e visuais, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera recomendar á Excelentíssima Câmara o seguinte: -----

---- 5.1. Que seja reforçada e requalificada a formação de artesãos calceteiros; -----

---- 5.2. Que sejam levantadas e classificadas as praças, passeios e outros locais da cidade onde a presença da Calçada Portuguesa se reveste de valor artístico e patrimonial, bem como aqueles em que, por circunstâncias históricas ou culturais, tal calçada mereça especial protecção e manutenção; -----

----- 5.3. Que, no licenciamento de novas urbanizações, sejam identificados os locais a revestir, obrigatoriamente, de Calçada Portuguesa; -----

----- 5.4. Que, nos casos referidos em 2. e 3., sejam os revestimentos de Calçada Portuguesa consolidados ou construídos de raiz de forma a garantir a sua estabilidade, durabilidade e facilidade de manutenção; -----

----- 5.5. Que, para o revestimento de pisos pedonais noutros locais da cidade, sejam consideradas soluções compatíveis em termos técnicos, económicos e funcionais, com a qualidade de vida dos munícipes e com as reais possibilidades de manutenção, conservação e limpeza da Câmara Municipal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Borges de Carvalho, do PSD). -----

----- MOÇÃO Nº 2 -----

----- “Ao abrigo de considerações contidas no Orçamento Rectificativo, o Governo decidiu encerrar o ensino recorrente em 14 escolas da Cidade de Lisboa, limitando a 10 (2 por área pedagógica) as escolas que o vão manter. -----

----- Esta alteração não está sustentada em alterações da rede decorrentes de qualquer estudo. O ensino recorrente tem sido realizado por unidades capitalizáveis em que os professores e os alunos, na altura própria, acordam realizar as respectivas avaliações, não sendo as turmas organizadas de forma normal, e cada uma com um só ano de escolaridade. -----

----- Este sistema de unidades capitalizáveis não funcionou bem, em muitos pontos do País. -----

----- Além do ensino básico e secundário, o ensino recorrente contém cursos técnicos profissionais equivalentes aos cursos dos ramos tecnológicos e cada escola especializou-se em alguns deles (por ex. a Escola Secundária Gil Vicente nos de Artes e Ofícios, Informática e Animação Social; encerrando este, o aluno só vai encontrar idêntico curso nos Olivais). -----

----- Acrescem os estudantes imigrantes que neste ensino estudam português. Na escola referida são de muitas nacionalidades (China, Bangladesh, Moldávia, Ucrânia, etc). -----

----- No conjunto, a escola a que nos temos vindo a referir tem 250 alunos no ensino recorrente e 30 professores (21 do quadro da escola e 9 contratados). -----

----- Os encerramentos agora decididos vão provocar profundas alterações negativas na vida de professores e alunos, que já se manifestaram em várias escolas da região de Lisboa, que aparentemente, foi escolhida como “cobaia nacional” com o encerramento do ensino recorrente em 34 das suas escolas. -----

----- São várias as zonas da cidade com populações socialmente carenciadas e que procuram a sua promoção, que serão lesadas com a redução da oferta pública deste tipo de ensino. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 18 de Junho decide: -----

----- Solicitar ao Governo que mantenha o ensino recorrente em todas as escolas, enquanto não for realizado um estudo, que permita decidir com objectividade, tendo em conta factores sociais, económicos e culturais e não apenas com base em factores

financeiros, as alterações que forem julgadas oportunas e de acordo com a necessidade da população da cidade de Lisboa. -----

----- Esta Moção deverá ser enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Educação, à Comissão de Educação da Assembleia da República e aos Órgãos de Comunicação Social.” -----

----- (Apresentada pelo PCP) -----

----- **MOCÃO Nº 3** -----

----- **Recomendação** -----

----- “Medidas complementares de apoio ao teatro e ao espectáculo. -----

----- A premissa segundo a qual “a ignorância é a inimiga mais inconciliável da liberdade” afirmada no Decreto de 1833 que instituiu a Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto mantém-se válida e actual. Assim, determina o empenho e investimento público na educação, na cultura e nas artes. -----

----- As artes, o teatro e o espectáculo cumprem uma função cultural e social não desprezível. Pelo que contém de intervenção, participação e mesmo agregação, de cidadãos de diferentes espaços económicos, sociais, culturais e políticos. Pela importância que constitui enquanto espaço de criatividade, realização e partilha que se reveste de uma acção de cidadania, convivência e formação do indivíduo. Pelo que fortalece e enriquece uma sociedade que integra e valoriza a diversidade e cidadãos criadores e divulgadores de lazer, cultura e saber. -----

----- O teatro e o espectáculo são formas de iniciativa cultural com importantes sectores de actividade amadora. Essa condição determina enormes dificuldades de disponibilidade, quer de tempo, quer de meios. Tal assume particular expressão ao nível das inúmeras actividades organizativas e de produção, muitas vezes burocráticas, que têm que se realizar durante o dia e em especial nas horas de expediente normal. -----

----- Sendo certo que muito do apoio ao teatro passa tradicionalmente, em particular no plano nacional, pela atribuição de subsídios como forma de incentivar essa actividade, certo é também que outros meios informais de apoio podem e devem ser ensaiados, nomeadamente no Município de Lisboa, como forma de ultrapassar muitas das dificuldades identificadas . -----

----- À diversificação das políticas de apoio importa acrescentar novas variáveis. Desde logo uma mais eficiente gestão de recursos – necessariamente sempre escassos – com a busca de soluções de partilha das infra-estruturas e meios. Por outro lado, adoptando também aqui uma visão ambientalista que contrarie a ainda dominante cultura urbana do desperdício (sempre consumidor de mais recursos e matérias primas) e valorize uma lógica de redução de resíduos optando pela reutilização dos materiais. -----

----- Os grupos de teatro e de espectáculo têm, até pelos condicionamentos dos concursos para a obtenção de apoios, que ter uma calendarização a médio/longo prazo dos seus projectos. Assim, uma Base de Dados dos guarda-roupas e um depósito de materiais poderia assegurar a gestão e reutilização de ambos com significativas

reduções de custos de produção e uma mais racional gestão dos recursos e apoios disponíveis; -----

----- Pelo que, numa lógica de complementaridade às políticas para este sector já em vigor, tendo presente as considerações e preocupações acima expressas, bem como as dificuldades com que os grupos de teatro (em particular os amadores) se confrontam, e sem esforços financeiros e de recursos significativos, parece ser possível o desenvolvimento e oferta de novos, inovadores e importantes apoios ao teatro. -----

----- Essas novas medidas que a presente recomendação consubstancia, apresentam ainda todas as potencialidades no sentido de não só serem aplicadas ao teatro, mas poderem ser partilhadas com outras iniciativas e formas de expressão cultural e artística. Desde logo, disso são exemplo, o cinema, a dança e o espectáculo de uma forma geral, ou mesmo iniciativas como as marchas populares e outras. -----

----- Assim, os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da recomendação no sentido de que: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa regulamente (consultando os directamente interessados, as Juntas de Freguesia e outras colectividades e associações) e desenvolva os seguintes instrumentos de apoio ao teatro e espectáculo: -----

----- 1. Um pequeno serviço de suporte administrativo/secretariado (que pode, a título de exemplo, localizar-se num teatro ou outro equipamento municipal), que se possa constituir igualmente enquanto endereço (destino e origem) desses grupos (nas diversas formas de comunicação actuais: telefone, caixa de correio e encomendas, endereço electrónico ou fax), que disponibilize alguns meios informáticos (partilháveis entre os aderentes) e coloque em rede toda a informação relativa ao teatro (festivais, etc.) e à actividade dos grupos de teatro em geral; -----

----- 2. Um depósito para armazenagem de materiais (que pode igualmente localizar-se eventualmente nos teatros municipais) procedentes de produções diversas, passando assim a constituir-se enquanto bolsa com materiais disponíveis, passíveis de troca e partilha pelos vários grupos de teatro e do espectáculo em geral; -----

----- 3. Uma Base de Dados (eventualmente gerida e actualizada pelo serviço de apoio administrativo) como suporte à gestão da bolsa de guarda-roupas (que pode manter-se nos locais de cada grupo), que permita a sua partilha entre os diversos grupos que ao sistema aderirem.” -----

----- (Apresentada pelo PEV). -----

----- MOCÃO N° 4 -----

----- Recomendação -----

----- “Realização/Divulgação de estudos sobre o impacte ambiental, na saúde pública e o risco do Aeroporto Internacional de Lisboa. -----

----- O Executivo municipal tem assumido que a Qualidade do Ar é das suas principais preocupações e prioridades ambientais, tornando-se mesmo um dos seus principais argumentos para a defesa e justificação do projecto de desnivelamento da Av. Duarte Pacheco, Rua Joaquim António de Aguiar e Av. Fontes Pereira de Melo. --

----- Um aeroporto tem claros impactos ao nível do ruído (e consequentemente da saúde pública), da qualidade do ar (a que não deverá ser descurada a concentração no

espaço e a resultante dos acréscimos de combustíveis associados às partidas dos aviões nos aeroportos) bem como do risco de acidente (conhecendo-se que uma percentagem elevada de acidentes se verificam na descolagem e na aterragem dos aviões) que importa conhecer e medir na Cidade de Lisboa resultantes da localização do Aeroporto Internacional. -----

----- Assumindo-se que as variáveis de decisão política possam ser distintas e mesmo contrárias às recomendações e propostas apresentadas pelos diversos estudos das diferentes áreas técnicas que sobre uma qualquer matéria incidam, importa no entanto afirmar que a entidade política não pode/deve tomar decisões sem qualquer conhecimento e avaliação técnica. Será cada vez menos tolerável que assim não seja. --

----- Os estudos conhecidos sobre a localização do Aeroporto Internacional de Lisboa foram feitos com a premissa de que o mesmo não ficaria na cidade e portanto foram feitos para as localizações apontadas como alternativas – Ota e Rio Frio – não sendo avaliada, e por isso desconhecendo-se, quais os custos, impactos e riscos que estão associados à manutenção / adiamento da realocação do Aeroporto. -----

----- Tendo presente o recente anúncio do adiamento da realocação do Aeroporto Internacional de Lisboa, que aparentemente não resultou de qualquer novo conhecimento/aprofundamento técnico sobre o impactos na cidade da sua manutenção na localização actual. -----

----- Face ao desenvolvimento legislativo dos últimos anos na área do ruído e em particular o D.L. n.º. 292/2000, de 14 de Novembro (Regulamento Geral do Ruído). --

----- Sendo conhecido/comentado por muitos dos que em Lisboa desenvolvem/estão por qualquer razão na linha dos corredores aéreos os impactos sonoros nos diferentes níveis da vivência da cidade. -----

----- Considerando que do ponto de vista da ocupação do território, nos próximos anos se desenvolverá na área envolvente do actual Aeroporto um dos mais importantes projectos de criação/desenvolvimento da cidade, com a consequente concentração de muitos milhares de pessoas no empreendimento da Alta de Lisboa. -----

----- Tendo as entidades públicas, a todos os níveis da Administração, a obrigação da defesa dos cidadãos e que a mesma impõe um posicionamento activo e responsável desses órgãos. -----

----- Os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da recomendação no sentido de que: -----

----- O Município de Lisboa diligencie junto das entidades competentes no sentido de que com a máxima brevidade sejam efectuados/tornados públicos estudos de impacte ambiental e de avaliação do risco de acidente aéreo na área de influência do aeroporto dotando assim as autoridades e os cidadãos – numa Administração aberta e promotora da participação, responsabilidade e cidadania – do conhecimento necessário para as tomadas de decisão (novos programas de segurança e/ou evacuação, rasteio de saúde, etc.) e o respectivo posicionamento político (manutenção, realocação e adiamento ou não).” -----

----- (Apresentada pelo PEV). -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Os Deputados Municipais do PCP apresentam à Assembleia Municipal uma proposta de Moção sobre o encerramento do Ensino Recorrente em 14 escolas na zona de Lisboa, situação que consideramos gravosa para a cidade, em particular, e também para o País. -----

----- Esta alteração da rede escolar teve como suporte o alegadamente excessivo custo deste ensino, isto é, assenta apenas em termos económicos. -----

----- Como referido na Moção, casos há de encerramento do ensino recorrente em escolas, exemplo Gil Vicente, com uma oferta diversificada em cursos dos ramos tecnológicos e com elevado número de alunos, ou casos de escolas com 300/400 ou mais alunos com experiências de sucesso, de que refiro apenas a Escola Braamcamp Freire. -----

----- Conhecendo nós os baixos índices de escolaridade da população portuguesa – as estatísticas mostram que 62,2% da população activa não possui 6 anos de escolaridade; 77% não possui 9 anos de escolaridade e, segundo projecções de 1997 da OCDE 60% da população não terá formação igual ou superior ao 9º ano e 2015, consideramos que esta medida agravará ainda mais o fosso que nos separa da Europa, usando os mesmos índices de comparação. -----

----- É um facto que o Ensino Recorrente apresenta casos de insucesso e abandono elevados, mas terá que ser feito um estudo desta modalidade de formação de adultos, e não encerrá-lo pura e simplesmente, até porque também é um facto que há milhares de alunos que o concluem com êxito e há um aumento significativo na procura (de 97/98 para 2001/02 aumentou de 70.000 para 100.000 alunos). Consideramos esta medida altamente lesiva e desrespeitadora das escolas (só tardiamente informadas), dos professores (confrontados, nalguns casos, com problemas de falta de horários – não vou focar aqui esta matéria, porque não é o local próprio), mas sobretudo da população trabalhadora que procura neste ensino uma segunda oportunidade de formação e valorização pessoal. Sabemos que o estudante-trabalhador, após um dia de trabalho, é com grande sacrifício que estuda à noite, à custa da vida familiar, social e do necessário lazer, mesmo com uma escola ao pé da residência/emprego. -----

----- Se for obrigado a percorrer mais alguns quilómetros, facilmente percebemos o aumento do padrão da desistência. -----

----- A educação é um direito, mas também é vital para vencermos o atraso pelo que se justifica a aprovação desta Moção, suspendendo o processo de encerramento do Ensino Recorrente em várias escolas, até que se efectuem os estudos necessários a uma resolução mais objectiva e correcta da situação.” -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra referiu que não ia falar apenas da sua freguesia. Pela primeira vez iria apresentar duas questões da Cidade de Lisboa, a primeira das quais relativa à Baixa Pombalina, a qual, dada a sua natureza, admitia que já tivesse sido posta na Assembleia Municipal noutros tempos. -----

----- Disse, então, que depois do terramoto de 1775, o Marquês de Pombal rodeara-se de arquitectos e engenheiros distintos dessa época, entre os quais o Brigadeiro Engº. Manuel da Maia e Capitão Engº. Eugénio dos Santos, que na altura estudaram uma estrutura para a Baixa Pombalina que se traduzira no seguinte: uma vez que havia um elevado nível friático e que os terrenos eram de aluvião, entenderam colocar estacaria de pinho verde para embasamento dos alicerces dos prédios que presentemente constituíam a Baixa entre o Terreiro do Paço e a zona do Rossio. Mas as intervenções que nos últimos tempos se vinham verificando naquela zona da cidade, desde os parques de estacionamento até aos túneis do Metro, deixavam advinhar que necessariamente teriam influência sobre o nível friático, portanto sobre o estado da estacaria em pinho que há mais de 250 anos ali tinha sido colocada. -----

----- Por isso, como Deputado Municipal chamava a atenção da Câmara para a necessidade desse assunto ser estudado, se é que já não tinha sido. Tinham um laboratório de engenharia com qualidades reconhecidas a nível mundial, e certamente seriam capazes de analisar essa questão para que ficassem com a certeza de que deixavam aos vindouros um património que amanhã seria deles. -----

----- A segunda questão referia-se ao pavilhão de Macau na EXPO'98. Esse pavilhão, como todos sabiam, tinha uma grande frontaria que era uma réplica da Igreja de São Paulo, em Macau, a qual tivera a si associada, nos séculos XVI e XVII, um seminário de larga importância donde saíram os Jesuítas para o Tribunal das Matemáticas, em Pequim, onde elaboraram diversas publicações que foram traduzidas em chinês, e, por outro lado, também foi a primeira universidade do Extremo Oriente, universidade essa que tinha por base o ensino das letras, da teologia, das artes e ofícios e que teve grande importância naquela época. -----

----- Tratava-se de uma frontaria e uma estrutura com uma arquitectura de origem grega, que tinha na base as colunas jónicas e na parte superior, nas filas, tinha colunas corínticas. -----

----- Quanto a si, o interesse dessa réplica só tinha importância pelo facto de Portugal ter estado em Macau o tempo que esteve, e ter de lá saído com uma declaração conjunta e uma transmissão da administração entre Portugal e a República Popular da China que por aquilo que viram nesse tempo – Dezembro de 1999 – foi a todos os títulos digna de registo. -----

----- Portanto, alertava o Sr. Vice-Presidente da Câmara para a necessidade daquele património ser mantido em qualquer local da cidade que em termos culturais se entendesse conveniente. -----

----- Seguidamente, passando a referir questões relacionadas com a sua freguesia, disse que na última reunião da Assembleia colocara o problema da limpeza do espaço entre as ruas Manuel Marques e Agostinho Neto, e foi com prazer que verificara que os serviços camarários se interessaram por essa questão a qual estava já em vias de completa resolução. Por isso, o seu obrigado ao Sr. Vice-Presidente por ter dado instruções aos serviços para resolver esse problema. -----

----- Disse, depois, que não compreendia porque era que uma alameda situada em Telheiras ocidental, chamada Alameda Roenton, que tinha a ver com as freguesias do

Lumiar e de Carnide, havendo há mais de dois anos um projecto para a recuperar continuasse a constituir uma zona totalmente degradada. Esperava que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, como responsável pelo Pelouro, também aqui fosse rápido a dar solução ao caso, até porque tendo havido já concursos para isso certamente o problema seria fácil solucionar. -----

----- Continuando, disse que moradores investiram junto ao eixo Norte/Sul em andares altamente dispendiosos e continuavam a não ter barreiras contra o som, o que pensava ser também uma coisa fácil de solucionar e por isso pedia a atenção da Câmara para essa questão. -----

----- Chamou depois a atenção para a confluência do eixo Norte/Sul com a Av. Padre Cruz, dizendo que os muitos acidentes que ali se verificavam não se deviam só à imperícia dos condutores, mas também e principalmente à inclinação do piso que ali estava, que deveria merecer a atenção da Câmara ou de quem tinha a ver com o eixo Norte/Sul em termos da sua manutenção. -----

----- Referiu, ainda, que a SGAL realizara um trabalho meritório no Alto do Lumiar em termos de limpeza, já que retirara dali todo o lixo da Cidade de Lisboa que para lá havia sido levado pelos empreiteiros, tendo colocado uma cerca e por isso a zona estava agora com muito melhor aspecto. No entanto, havia ali questões que tinham que ser consideradas pois verificava-se que apesar de ser uma zona nova não tem havido o cuidado necessário na recepção e manutenção do espaço público. -----

----- Por fim, chamou a atenção para o elevado número de viaturas abandonadas há já bastante tempo na sua freguesia, cerca de trinta, referindo que elas se encontravam a ocupar as vias e apesar das tentativas feitas para que fossem removidas tudo continuava na mesma, pelo que era urgente que esse assunto fosse resolvido. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que os moradores da sua freguesia, como certamente sabiam, eram maioritariamente idosos, mas também lá havia algumas crianças. No mandato anterior, mais concretamente no ano passado, a escola primária da Rua da Rosa encerrara para obras e as crianças e a direcção da escola foram transferidas para um edifício municipal na Rua Luz Soriano, que provisoriamente ia servindo para escola, mas esse provisório terminaria agora no início do ano lectivo 2002/2003. Só que no edifício da escola ainda não começaram as obras, certamente por ter havido dificuldades para fazer a escritura na sequência da aquisição do imóvel aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, as crianças e as professoras, tal como a Junta, aguardavam orientações do Departamento de Educação da Câmara sobre como proceder. Claro que tinham as instalações provisórias da Rua Luz Soriano, que há longos anos serviram de edifício para escola, só que as necessidades e os conceitos da altura eram outros, e o que neste momento acontecia era que tinham que manter a freguesia viva, queriam que as crianças ali estivessem, mas também sabiam que se os pais as transferissem para outros locais elas não iriam regressar para a escola onde se aguardava que fossem feitas obras. -----

----- Por conseguinte, esperava da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa uma informação concreta sobre quando começariam as obras no edifício da Rua da Rosa e quando se pensava que elas terminariam, para que pudessem lá ter aquilo que era a alegria do bairro, as 149 crianças, dos 6 aos 12 anos, porque elas eram imprescindíveis na freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por saudar a forma como o movimento associativo da cidade estava a festejar os santos populares, donde se destacavam as Marchas Populares de que, com grande orgulho, mais uma vez saíra vencedora a Marcha de Marvila. Apresentava a todas, sem excepção, os seus parabéns pela qualidade que apresentaram, mas particularmente a Marvila que mais uma vez soubera honrar a cidade com uma Marcha de alto gabarito. -----

----- Seguidamente disse que, no âmbito da acção social, a terceira-idade, nos mandatos anteriores, vinha tendo em determinados períodos do ano uns passeios ao abrigo de um projecto cujo *slogan* era “Passeios de Verão”, portanto sem qualquer referência política, oportunista ou o que quer que fosse, e com muito respeito por esses cidadãos que tão marginalizados eram por uma sociedade cada vez mais consumista. -----

----- Portanto, estranhavam muito que a actual Câmara, nomeadamente a Vereadora Helena Lopes da Costa, tivesse sugerido como *slogan* desse mesmo projecto “Passeios de Verão Lisboa Feliz”. Isso, no seu entender, para além de revelar pouca imaginação era uma provocação à maioria das freguesias da cidade, que tanto queriam continuar a colaborar com a Câmara e com os cidadãos para que estes continuassem a ter os projectos a que tinham direito. Mas, de facto, essas coisas levavam a que algumas Juntas de Freguesia olhassem de soslaio para este tipo de projectos porque não queriam que esse tipo de oportunismo aparecesse nos panfletos. -----

----- Mas porque pensava que as pessoas idosas não tinham culpa nenhuma dessas coisas, sugeria que cada uma das freguesias, independentemente da cor política que tivesse, fizesse sobrepor na parte onde se dizia “Lisboa Feliz” um *slogan* que se identificasse mais com cada uma delas. Aliás estava certo que a Câmara até abraçaria essa ideia, já que se tratava de um projecto de parceria entre a Câmara e as freguesias. Esta era a sugestão que fazia para que pudessem continuar a ser parceiros num projecto social em prol dos cidadãos. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Trindade (PSD)**, no uso da palavra, referiu que a sua intervenção ia no sentido de tentar esclarecer a Moção apresentada pelo PEV sobre os estudos de impacte ambiental para o Aeroporto Internacional de Lisboa. -----

----- Disse, então, que se quisessem recuar no tempo ao longo dos anos, constatavam que nascera um aeroporto e alguns anos depois apareceram casas a envolvê-lo, como tinha acontecido também nas estações do caminho-de-ferro. Dessa forma seria sempre quer fosse na Ota, quer fosse em Rio Frio, quer continuasse em Lisboa, e esta última seria a sua opção pessoal. -----

----- Certamente já todos teriam reparado que os aviões descolavam normalmente para norte e conseqüentemente o perigo maior ocorria para essa banda. Por exemplo, o

acidente com o avião em que seguia Francisco Sá Carneiro ocorrera exactamente nessas circunstâncias. Isso queria dizer também que em termos de ruído não era Lisboa que sofria mas sim a parte norte do aeroporto. -----

----- Por outro lado, em termos de segurança aérea, estava a ser aplicada a diminuição do corredor aéreo de 300 para 200 pés, o que queria dizer que a procura de transporte aéreo tinha aumentado em todo o mundo e necessariamente a opção seria aviões maiores, e como essa opção demorava décadas a ser implementada a mais rápida de todas seria diminuir o chamado corredor aéreo em pés, o que significava que aumentava o risco, naturalmente. -----

----- Disse, depois, que as autoridades aeronáuticas dos países mais desenvolvidos, por exemplo da Europa central, já proibiam voos entre a meia-noite e as seis horas da manhã, portanto mais uma razão para o ruído não afectar tanto, embora afectasse sempre as pessoas. -----

----- Aliás, isso já estava a ser aplicado, faseadamente, em Portugal, porque, como se sabia, havia horários de inverno e horários de verão e isso tinha que ser negociado com as companhias aéreas, o que queria dizer que só havia duas hipóteses durante o ano para o fazer. -----

----- Portanto, o que pretendia dizer aos colegas era que o aeroporto estava dentro da Cidade de Lisboa, os perigos eram aqueles que sempre existiram, foram sempre os mesmos, a construção dum novo aeroporto na Ota tinha logo à partida um obstáculo natural que era a Serra de Montejunto, mas com certeza se aí fosse construído daqui a 40 ou 50 anos estaria rodeado de prédios também. -----

----- Por conseguinte, o estudo de impacte ambiental era desnecessário neste momento porque, como referira, o ruído não tinha tendência a aumentar mas antes a diminuir já que entre a meia-noite e as seis horas da manhã os voos iriam ser substancialmente reduzidos. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua bancada reconhecia o interesse de algumas das moções que foram apresentadas, e começava pela primeira, sobre a calçada portuguesa, para referir que ela tinha uma apresentação muito pouco habitual, eventualmente até provocando algumas dificuldades quanto à parte deliberativa, mas naquilo que era o substancial parecia-lhe que o que se pretendia com essa Moção era bastante interessante e relevante. -----

----- Em primeiro lugar, uma preocupação com a segurança das pessoas que utilizavam os passeios da cidade, matéria que realmente merecia o apoio da bancada do Partido Socialista, fundamentalmente porque todos reconheciam a pouca qualidade dos espaços que tinham. -----

----- Por outro lado, também estavam de acordo com a pretensão defendida no sentido de se salvaguardar a nobreza que a calçada portuguesa exigia, ou seja, tinham a noção que não era mais possível nos dias de hoje fazer-se calçada portuguesa em tudo quanto era cidade. Aliás, a própria dificuldade da sua manutenção e da sua requalificação em termos de meios humanos e de recursos financeiros, aconselhava, ou mesmo exigia, que fossem selectivos na aplicação da calçada portuguesa, até porque deveriam dignificá-la dignificando os espaços onde a utilizavam. -----

----- Portanto, estavam de acordo com alguns dos pressupostos apresentados, mas colocava-lhes alguma dúvida o que se referia no ponto 5.3 onde se dizia: “ que, no licenciamento de novas urbanizações, sejam identificados os locais a revestir, obrigatoriamente, de calçada portuguesa”. Isto porque lhes parecia haver algum contra-senso com aquilo que era, por um lado, o reconhecimento da necessidade de não estender em demasia o seu uso, e depois procurava-se dizer que alguma coisa que era novo teria que ter calçada portuguesa. Essa, no entender do PS, não poderia ser qualificação para a exigência da calçada portuguesa. A qualificação para a exigência da calçada à portuguesa tinha a ver a nobreza do espaço que era utilizado, essa é que teria que ser a exigência de implementação da calçada portuguesa. -----

----- Aludindo à Moção apresentada pelo PEV sobre o Aeroporto Internacional de Lisboa e a necessidade de estudos de impacte ambiental, disse que a recomendação que ela continha lhes parecia bastante útil, até porque procurava fazer com que uma hipotética decisão de prolongar a vida útil do Aeroporto de Lisboa fosse baseada em estudos técnicos que fundamentassem essa decisão. Realmente era chegado o tempo de deixarem de tomar decisões casuísticas sem que elas fossem assentes em dados concretos, factuais e científicos. Consequentemente, desse ponto de vista, esta recomendação tinha toda a razão de ser e por isso o PS vota-la-ia favoravelmente. -----

----- Ainda acerca desta matéria, disse que não queriam, de imediato, qualificar o erro que hipoteticamente se virá a consumir com o adiamento da construção do novo aeroporto, neste caso o Aeroporto Internacional da Ota. Parecia ao PS que era um gravíssimo erro que ia ser cometido, mas como tinham a expectativa de que nesta como noutras matérias aquilo que já estava decidido viesse a ser posto em prática, não queriam avançar desde já, injustamente, com uma crítica. Portanto davam o benefício da dúvida e certamente que a seu tempo teriam boas notícias sobre a matéria. -----

----- Mas aproveitava, a propósito, para trazer à colação um tema que hoje estava na ordem do dia, “o céu único na Europa”, porque era uma questão muito importante que, infelizmente, vinha passando um pouco despercebida do Governo português, e desejava pedir o empenhamento da Câmara Municipal de Lisboa nessa matéria porque também nessa área o Município poderia ter um papel importante. O que estava em causa era uma pretensão da União Europeia em acabar com a possibilidade que neste momento existia de cada país ter a predominância sobre uma parte do seu espaço aéreo e com o céu único na Europa estariam a caminho de tornar possível apenas e tão só o domínio de uma grande potência, e quem neste caso se perfilava manifestamente era a Grã-Bretanha. -----

----- Portanto, chamava a atenção da Câmara para o problema que essa situação poderia vir a colocar a muito breve trecho. Aliás era disso sintomático a reacção que estavam a ter os controladores aéreos em toda a Europa, e também a questão dos observadores certamente traria problemas por toda a Europa. -----

----- Referindo-se também ao panfleto que publicitava os passeios de verão, disse que neles se lia “Lisboa Feliz 2002”. Deveria ler-se “Amar Lisboa Feliz 2002”, mas não, era apenas “Lisboa Feliz 2002”! De facto, quanto a si, era lamentável que a Câmara

Municipal de Lisboa enveredasse por começar já a fazer a sua campanha eleitoral de uma forma desbragada, diria mesmo lamentavelmente vergonhosa, pelo que chamava a atenção da Câmara no seu todo, e do Vereador responsável em particular, que era uma vergonha que se fizesse publicar um panfleto desse tipo, ou antes um pasquim que era dirigido às Juntas de Freguesia para distribuição pelos fregueses, que com esse pasquim publicitário começavam a fazer campanha quatro anos antes, o que era uma coisa verdadeiramente inadmissível e inaceitável. -----

----- De resto, aproveitava para recordar à Câmara Municipal de Lisboa que na última campanha eleitoral houve alguns autarcas que foram processados pelo Ministério Público exactamente por terem utilizado recursos das autarquias nas suas próprias campanhas para a Câmara Municipal e para as Juntas de Freguesia. -----

----- De facto, parecia-lhe um abuso, um infeliz abuso, a manifesta coincidência de nesse “papelinho” utilizado pela Câmara estar referido aquele que era o nome da coligação que vencera as eleições autárquicas realizadas em Dezembro do ano passado. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista tinha com certeza a memória curta e já não se recordava que em todas as cerimónias, em todas as oportunidades públicas, aquilo que viram, sistematicamente, da parte do anterior Presidente da Câmara, foi fazer propaganda descarada. -----

----- Mas pedia ao Deputado Municipal Dias Baptista que dissesse que propaganda estava em causa no panfleto a que se referira, um panfleto que utilizava a mesma frase que tinha sido utilizada na campanha e que também ela, tal como programa e as pessoas, tinha sido sufragada e votada pelos lisboetas. -----

----- Aliás, se o Deputado Municipal Dias Baptista lesse o programa da coligação vencedora, o tal programa que tinha sido sufragado pelos lisboetas, repararia que essa expressão várias vezes era utilizada em iniciativas a desenvolver pela Câmara Municipal. Bastava que lesse o programa para ver que nele constava essa expressão, por isso não via qual era o problema, mas o PSD, para bem dos lisboetas ganhara a cidade, e tornar Lisboa feliz era o que estava a procurar fazer, não mais do que isso. ---

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para responder aos esclarecimentos solicitados, disse que era óbvio que o Deputado Municipal António Prôa podia dizer aquilo que bem entendesse, mas pedia-lhe, em nome da bancada do PS, que dissesse uma única situação em que encontrasse uma conjugação entre aquilo que foi o nome da coligação que vencera as eleições há 4 anos, há 8 e há 12, e um papel da Câmara Municipal de Lisboa! -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal António Prôa estava a laborar num dramático erro, pois o PS não questionava ainda aquilo que tinha sido a vitória eleitoral da coligação “Lisboa Feliz”, e dizia que não questionava ainda porque o Deputado Municipal António Prôa se calhar queria trazer para a liça a polémica sobre os resultados eleitorais e o PS não queria discutir isso agora, não queria ir por aí neste momento. -----

----- No entanto, desejava dizer-lhe que quando o eleitorado dera a vitória à coligação “Lisboa Feliz” não foi para que a Câmara Municipal de Lisboa se passasse a designar Lisboa Feliz. Quanto a isso o Deputado Municipal António Prôa estava redondamente enganado, isso era confusão! -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia, e o que aqui me traz é a falta de planeamento por parte desta Câmara. A Junta de Freguesia a que pertenço, São Miguel, para a qual foi eleita pela maioria da população, desconhece o que este Executivo camarário quer para Lisboa, nomeadamente para o Desporto, para a Reabilitação Urbana, para o estacionamento, etc. -----

----- Sabemos pelos jornais que os bairros históricos vão ter portagens, que a Câmara Municipal de Lisboa vai vender parte dos seus imóveis. Distribuí-se documentos da Reabilitação Urbana acerca do PICD-Projecto Integrado do Chafariz de Dentro, todo este processo se situa na minha freguesia e por incrível que pareça este documento foi entregue na Junta de Freguesia de Santo Estevão para ser distribuído aos fregueses daquela freguesia, onde é mencionado um quarteirão extra deste projecto, que desconhecemos, mas fazemos votos, tal como diz o documento, para que agora não pare, se é que alguma vez parou. No entanto fica o reparo uma vez que o Sr. Presidente foi peremptório em dizer que as Juntas são, devido à sua proximidade com os cidadãos, o elo por excelência para a Câmara. Assim sendo, não se compreende que tenha que ser através dos *media* que as Juntas saibam o que este Executivo vai fazer na nossa cidade. -----

----- O outro motivo que aqui me traz é a falta de cumprimento dos compromissos da Câmara para com aqueles que para ela trabalham. Ontem, quando finalmente fui recebida no Pelouro do Desporto por uma Senhora que se intitulou Vereadora substituta do Vereador Pedro Feist (e digo que se intitulou porque desconheço que haja outra Vereadora substituta que não seja a Dra. Sofia Bettencourt) e lhe fiz alguns reparos sobre coisas que precisava de saber, nomeadamente a falta de pagamento aos monitores das Escolas / Escolinhas e do Centro Mulheres em Movimento, o que esta Senhora me respondeu é que também ela não recebia desde Janeiro. -----

----- Cada um tira as ilações que quiser, mas esta foi a resposta que me deram quando, finalmente, foi recebida por alguém na Câmara Municipal de Lisboa. No entanto, não deixa de ser curioso que seja esta a resposta que alguém responsável tenha para dar à Junta de Freguesia. -----

----- Como já aqui foi referido não são só os monitores das Escolas / Escolinhas que não recebem, as monitoras dos Centro Mulheres em Movimento também não. Não recebem estes trabalhadores e não sabem qual será o seu futuro pois o desporto na cidade ainda não foi definido, vai-se fazendo ao sabor do vento sem quaisquer critérios de trabalho ou transparência, e isso ficou bem reflectido na resposta que me foi dada, porque uma coisa é dizer-se que a partir de agora esta Câmara vai fazer na cidade este ou aquele projecto a nível desportivo, outra coisa é não honrar os compromissos assumidos anteriormente. -----

----- Por último, quero dizer que todos nós presidentes de Junta – e aqui não faço excepções, penso que somos todos nós – temos tido mais ou menos dificuldades financeiras acrescidas, não só pela demora da feitura, discussão e assinatura dos protocolos, como também pela demora burocrática das transferências das verbas para as respectivas Juntas. No entanto, a minha Junta de Freguesia ainda tem por receber as verbas para a limpeza e pequenas reparações da Escola 212 referentes aos anos 2000 e 2001, assunto levado a Sessão de Câmara de 8 de Março e foi retirado, já foi esclarecido por parte desta Junta em Abril passado mas o dinheiro continua a não chegar à Junta de Freguesia, assim como as verbas pagas aos membros das mesas das eleições para a Assembleia da República que também ainda não chegou. -----

----- Como todos nós sabemos as Juntas não têm grandes verbas e todas elas fazem falta para o seu normal funcionamento. É curioso verificarmos que apesar de não termos dinheiro ainda é com o nosso pouco dinheiro que financiamos terceiros a custo zero.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente todas as moções, porque as considerava positivas e estava de acordo com os considerandos nelas contidos. -----

----- Porém, relativamente àquela que se referia às questões de segurança do Aeroporto Internacional de Lisboa, desejava chamar a atenção dos subscritores para a polémica havida há cerca de um mês entre a direcção dos bombeiros de segurança do aeroporto e a ANA, nomeadamente quanto a saber-se se havia ou não havia condições de segurança sérias para qualquer tipo de acidente que existisse no aeroporto. -----

----- Isso levava-os a dizer que nos estudos apresentados pelo PEV, e bem, deveria colocar-se a questão – porque a Câmara ao nível da protecção civil também tinha responsabilidades – de saber se existia ou não um plano de emergência imediata em situação de qualquer risco. Ou seja, se no caso de haver qualquer acidente existia ou não um plano, nomeadamente para a zona circundante do aeroporto, mas não só, já que as aterragens nem todas se faziam com voos vindos de norte, outras havia em que os aviões passavam por cima da Ponte 25 de Abril e atravessavam toda a cidade. -----

----- Depois, sobre, a polémica havida em torno do panfleto que referia “Lisboa Feliz”, disse que desejava dizer ao Deputado Municipal António Prôa que o problema não era se o PS fez ou se o PSD fez, porque se fossem por esse critério a política iria de mal a pior, acabavam os princípios, a ética, a moral, acabava tudo! “Se os outros fizeram porque é que a gente não há-de fazer?” Esse não podia ser o princípio! -----

----- O princípio concreto era o seguinte: existiam partidos na vida política portuguesa que concorriam a eleições e que as ganhavam ou perdiam. Quando ganhavam e assumiam o governo de determinadas instituições, nessas instituições deixavam de ser partidos políticos. Ou seja, enquanto exercessem o poder nessas instituições passavam a ser agentes do Estado Português da República que representavam todos os portugueses e eram pagos por todos os portugueses. -----

----- Aliás, se o critério do Deputado Municipal António Prôa fosse justo, como o PSD ganhara as eleições legislativas e como ainda ontem suspendera o POE-Plano Operacional de Economia a propósito de dizer que ia ajudar a incentivar a economia

portuguesa, seria que o novo nome do POE, já que o PSD se candidatara com um programa dele próprio que em vários pontos referia que era o PSD que concorria e esse plano tinha sido sufragado pelos portugueses, se iria passar a chamar Plano Operacional de Economia/PSD? -----

----- Seria bom que não brincassem com coisas sérias, porque o que era do Estado era do Estado, o que era dos partidos era dos partidos, e colocar nomes partidários em documentos do Estado estava errado, fosse de que partido fosse! -----

----- Por tudo isso, sugeria que a Câmara retirasse esse documento e fizesse distribuir um documento sério. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Os Verdes apresentam hoje duas recomendações sobre matérias bem distintas: --

----- Uma que consiste na proposta de um conjunto de medidas entendidas como um programa complementar de apoio ao teatro e ao espectáculo. -----

----- A outra mais reactiva, que resulta das recentes notícias sobre o adiamento da realocização do Aeroporto Internacional de Lisboa. -----

----- O programa de apoio ao teatro assente em três áreas de iniciativas concretas – um suporte de secretariado administrativo dotado das ferramentas de comunicação actuais, um depósito de materiais e uma base de dados sobre os guarda roupas. -----

----- Antes da sua apresentação a esta Assembleia promovemos a discussão desta proposta com inúmeros grupos de teatro de que resultam algumas notas: -----

----- A primeira é o estrangulamento de um significativo número de grupos de teatro pelo imobilismo e falta de definição em relação aos projectos, iniciativas e procedimentos habituais. Tal expressa-se no fim de vários grupos ou no acentuar da opção pelas peças do tipo monólogos ou de dois actores no máximo, sem cenários e/ou caracterização, isto é, pelo empobrecimento do espectáculo. -----

----- A segunda resulta de como duas histórias na altura contadas ilustram e fundamentam a proposta por nós apresentada: -----

----- Um grupo contava que a preparação dos cenários se iniciava com duas noitadas pela cidade de camioneta de um amigo a tentar antecipar-se aos serviços de remoção de «monstros»; -----

----- Outro contou que aquando da intervenção no São Luiz todas as cadeiras foram substituídas, independentemente do seu estado e inicialmente enviadas para um armazém da Câmara. Como posteriormente esse armazém tinha que ser libertado todas as cadeiras iam ser destruídas. Como teve conhecimento disso esse grupo conseguiu ainda salvar cadeiras suficientes para renovar uma pequena sala que habitualmente utilizam e como um dos elementos do grupo é professor ainda recuperaram um pequeno auditório da sua escola. -----

----- Uma terceira nota é a que considera e sublinha a compatibilidade desta proposta com a ambição anunciada de revitalização do Parque Mayer. -----

----- Uma última nota, de momento, resulta das anteriores e é a concordância dos grupos com a concretização desta proposta. -----

----- Como outras recomendações aqui apresentadas e aprovadas esta proposta deixa ao Executivo a tarefa de definir o regulamento deste programa, considerando no entanto que tal deverá ser feito na sequência da auscultação não só dos grupos de teatro mas também de outros potenciais utilizadores como as sociedades de cultura e recreio e mesmo as Juntas de Freguesia. -----

----- Desde logo importa que esse regulamento reflecta sobre: -----

----- As condições de acesso ao projecto. Quais os grupos? Todos, só os amadores? Registados em algum organismo público (Instituto da Juventude; Ministério da Cultura, etc.)? Só os que tenham concorrido a fundos de projectos nacionais? -----

----- As garantias dos aderentes. Tem particular importância para o caso de danos no guarda-roupa. Quem o suporta? Existe um seguro? Existe uma garantia? -----

----- A gratuitidade ou não dos serviços. Os que aderirem, pagam o serviço de secretariado? Pagam à hora e à impressão os meios informáticos (como acontecia no espaço Agora)? Pagam os serviços de correio e telefone? A que valores: do custo efectivo (chamada telefónica, impressão, etc.), uma renda mensal que inclui já o valor médio deste serviço? -----

----- Critérios de prioridade de acesso. Se dois grupos solicitam simultaneamente um serviço, qual o que tem prioridade? Existe um período de candidatura para o guarda-roupa, por exemplo? No Guarda-roupa, parece evidente que o grupo proprietário de um fato tem essa prioridade, mas entre dois outros grupos: tem prioridade o grupo profissional, ou o amador? Tem prioridade o que já ganhou apoios e subsídios ou o que não ganhou ou não concorreu? Etc. -----

----- Importa ainda a propósito deste projecto referir o seguinte: -----

----- O apoio público ao sector do teatro e à cultura não se justifica pela concepção de que o Estado deva assegurar o que alguns definem como “os luxos ou gostos extravagantes das minorias”. O nosso conceito é o sintetizado na frase “a ignorância é a inimiga mais inconciliável da liberdade”, isto é, a cultura deve ser um sector complementar do sistema de educação e formação e é estruturante de uma cultura de cidadania. -----

----- A outra nota é para sublinhar que este programa inova, quer do ponto de vista do apoio a este sector – que se caracteriza por uma lógica sobretudo de atribuição de subsídios (que entendemos continua a justificar-se) – ao apontar para complementar por um apoio na óptica da redução dos custos de produção. E ao fazê-lo introduz uma cultura de redução do desperdício (conhecido problema das sociedades modernas) e da reutilização dos materiais. -----

----- Por tudo isto julgamos que deve merecer também o apoio desta Assembleia e o posterior cumprimento por parte do Executivo. -----

----- A segunda recomendação impôs-se pela acuidade que as notícias do adiamento da realocização do Aeroporto Internacional de Lisboa determinou. -----

----- E no essencial o que a recomendação vem dizer é que tal decisão deve merecer por parte da autarquia de Lisboa um aprofundamento das consequências para a cidade. O impacto na cidade não é desprezável e por isso o Município não deverá assumir uma posição passiva. -----

----- Em resposta à questão que o colega levantou esta recomendação não assume um posicionamento do Município a favor ou contra o aeroporto, que a fazê-lo seria uma Moção e não uma recomendação. -----

----- Como já disse anteriormente a propósito da necessidade de reforma da administração pública, importa separar a componente técnica da política. São competências diferentes e que valorizam diferentes variáveis. No entanto, se é verdade que o decisor político não tem que despachar de acordo com o proposto ou as conclusões dos estudos técnicos, importa no entanto que os políticos tenham a absoluta consciência de que não podem continuar a despachar sem conhecimento dos impactos e consequências das decisões que tomam – e essas são as que os estudos lhes devem fornecer. -----

----- A premissa desta proposta é que o Município efectue as diligências no sentido de serem desenvolvidos os estudos para a área de impacto do aeroporto, considerando que todos os estudos até aqui desenvolvidos assentavam na premissa de que ele não ficaria na cidade. Por isso o decisor pode saber os impactos resultantes das opções estudadas mas não sabe os da manutenção do aeroporto. E o Município não pode/deve aceitar passivamente tal situação. Por isso estamos de acordo com a posição do Bloco de Esquerda. -----

----- Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, só dizer que esta Assembleia aprovou uma recomendação por nós apresentada no sentido que as vias rápidas que atravessam a cidade tivessem um tratamento paisagístico e acústico para salvaguarda do espaço de residência que ficava rasgado por essas mesmas vias.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por aludir ao panfleto sobre os passeios de verão onde se referia “Lisboa Feliz” dizendo que se era certo que isso não teria sido uma ideia muito feliz, também era verdade que era demonstrativo daquilo que o Partido Socialista tinha para opor à acção da Câmara. De facto, no exercício de uma Câmara Municipal onde permanentemente havia decisões, algumas controversas, o Partido Socialista, através do seu principal responsável na Assembleia Municipal, a única coisa que encontrava para quase se encolerizar era uma pequena referência a um panfleto, que não era de todo feliz era verdade, mas que era apenas e tão só isso. -----

----- Portanto, essa era a prova de que por parte do Partido Socialista muito pouco havia a criticar à acção da Câmara, como era prova também de que o Partido Socialista tinha que encontrar argumentos rebuscados em documentos como aquele que acabara de referir, que pessoalmente nem conhecia, para conseguir fazer alguma observação à acção da Câmara. -----

----- De qualquer forma, entendia que essa questão de se referir num panfleto um termo que pudesse levar a que as pessoas o ligassem com uma coligação que vencera as eleições não deveria ser repetida. A Câmara já tinha assumido isso, mas efectivamente era salutar para o PSD verificar que a grande questão que o Deputado Municipal Dias Baptista apresentara no período de Antes da Ordem do Dia para poder criticar a Câmara, era apenas essa questão do panfleto. -----

----- Relativamente às moções apresentadas, disse que o PSD iria votar contra a que se referia ao ensino recorrente, na medida em que entendia que se a decisão tinha sido tomada pelo Governo naturalmente havia fortes razões para o fazer. -----

----- Sobre a recomendação apresentada pelo PEV quanto a medidas complementares de apoio ao teatro e ao espectáculo, disse que o PSD a saudava porque entendia que era efectivamente importante que se fizesse um inventário de todas as instituições que se dedicavam ao espectáculo e também que se pudessem arranjar formas de apoiar, de maneira mais concretizada, as várias instituições que faziam essas actividades, e, portanto, o PSD iria votar favoravelmente essa recomendação e até agradecê-la na medida em que era uma boa sugestão para a Câmara Municipal. -----

----- Quanto à Moção sobre o Aeroporto Internacional de Lisboa, disse que era curioso, não tanto da parte do PEV porque embora fizesse parte da anterior coligação estava meio dentro e meio fora, mas da parte do PS. De facto, durante muito tempo o anterior Presidente da Câmara defendera ali intransigentemente, quase de forma agressiva, a manutenção do Aeroporto Internacional de Lisboa manifestando-se sempre contrário à sua ida para a Ota, apresentando até inúmeros estudos e dados sobre essa matéria que na sua óptica fundamentavam que o actual aeroporto durante mais de vinte anos chegaria perfeitamente para o tráfego aéreo que procurava Lisboa. -

----- Por outro lado, apresentaram-se também estudos feitos pelos operadores turísticos relativamente aos prejuízos que seria para o turismo e para a economia da Cidade de Lisboa a transferência do aeroporto para a Ota. Na altura foi feito quase um levantamento que sossegara depois quando houve algumas promessas – que nunca ninguém soube exactamente quais foram – do então Ministro Jorge Coelho numa reunião que teria tido com o anterior Presidente da Câmara, que efectivamente levaram a que a Câmara Municipal de Lisboa se calasse, a partir daí, sobre a problemática da localização do novo aeroporto. -----

----- No entanto, porque entendiam que a Moção tinha algum mérito, o PSD não votaria contra, iria abster-se na votação. -----

----- Relativamente à Moção sobre a calçada à portuguesa disse ela era muito importante para a Câmara e gostariam que fosse aprovada por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que no período de intervenção do público intervieram três moradores em representação de outras tantas instituições da sua freguesia: um representante da Associação dos Antigos Alunos da Escola Ferreira Borges; um membro da Associação de Pais da Escola Rainha D. Amélia; e um representante dos moradores da Vila Teixeira. -----

----- Começando pela Vila Teixeira, disse que desde 1982 o assunto tinha vindo muitas vezes à Assembleia Municipal. Tratava-se de famílias que após o 25 de Abril ocuparam uma vila que estava classificada, que depois foi desclassificada, que agora estava em ruína e qualquer dia em perigo para as pessoas. -----

----- Disse que numa recente reunião do Sr. Presidente da Câmara com os Presidentes de Junta, foi-lhes pedido que apresentassem três prioridades para um ano em cada freguesia. Pessoalmente apresentara seis para quatro anos, uma das quais era

exactamente a Vila Teixeira. Na altura entregara ao Sr. Presidente da Câmara uma série de documentação, nomeadamente actas das reuniões da Câmara Municipal onde o Vereador Pedro Feist dizia que conhecia bem o problema, o Eng^o Nuno Abecasis dizia que ia ser resolvido o problema, o Vereador Vítor Costa, na altura Vereador do seu partido, dizia que sim que iam pegar nisso, mais tarde o Vereador Rui Godinho, já como responsável pela área de pátios e vilas também, enfim uma série de pessoas visitaram a Vila Teixeira mas o que era facto é que as pessoas continuavam com o problema por resolver. -----

----- Era certo que o problema não era fácil de resolver, mas também era verdade que era possível resolvê-lo logo que houvesse vontade política para isso. Quem era capaz de acabar com Musgueiras, Curraleiras e Casal Ventoso, também era capaz de acabar com essa vila onde moravam 40 famílias. Ou seja, havendo vontade política a questão resolvia-se, até porque tinha uma zona envolvente e podia jogar-se um bocado com isso. -----

----- Ainda sobre a Vila Teixeira, disse que o problema vinha hoje nos jornais e amanhã levaria lá a televisão para falar com os moradores e também consigo, porque a situação, tal como estava, era uma vergonha para a Cidade de Lisboa. Era uma vergonha para si como Presidente de Junta, era uma vergonha para a Câmara – não para a actual – por como instituição não ter resolvido em quase 30 anos um problema que seria fácil de resolver caso o quisesse fazer. -----

----- Quanto aos problemas postos em relação às escolas, disse que eles preocupavam a Junta de Freguesia de Alcântara, e estando presente a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, responsável por esse Pelouro, aproveitava para lhe dizer que devia haver articulação entre a Câmara e a Junta para que não estivessem uns a fazer uma coisa e outros outra. A Junta tem reunido com as associações de pais, tem ido às associações de escola, mas seria bom que houvesse uma reunião com a Câmara para não haver desfaseamentos defendendo a Junta uma coisa e a Câmara outra. -----

----- Relativamente à extinção do ensino recorrente, disse que a situação era a mesma porque, infelizmente, a Alcântara calhava tudo o que havia de mau: era a extinção de uma escola, a reconversão de outra, o ensino recorrente a desaparecer. Enfim, pela negativa, a Alcântara calhava sempre tudo! -----

----- Exemplo disso, aliás, era também a ETAR construída na freguesia, que tendo sido a primeira das três existentes a ser construída, as outras duas já tinham em funcionamento o sistema terciário e a de Alcântara continuava a funcionar com o sistema primário, ou seja, nos outros lados foram resolvidos os problemas e em Alcântara continuava o mau cheiro. -----

----- Seguidamente, disse que sabia que tinha sido aprovado em Sessão de Câmara, no passado dia 29 de Maio, o Alcântara-Rio, pelo que solicitava ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que lhe mandasse os planos que existiam sobre esse assunto. Já tinha uma fotocópia dada pelos Vereadores do PCP, mas porque entendia que essa não era a forma mais indicada para as coisas lhe chegarem à mão, pedia que a Câmara lhe fornecesse esses documentos de forma institucional, até porque queria promover reuniões com a população interessada nessa matéria. -----

----- Disse, ainda, que a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão se tinha comprometido, há cerca de mês e meio, a ir a uma reunião a Alcântara e a fazer uma visita à Vila Teixeira e a outros lados, mas desmarcara essa reunião alegando que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, uma vez que a Vila Teixeira estava classificada como PER, teria que a acompanhar e nessa altura encontrava-se no estrangeiro. Mas avisava a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão que continuava aberto para se fazer essa visita. -----

----- Finalizou convidando o Sr. Vice-Presidente da Câmara a fazer também uma visita à freguesia, pois tinham muitos problemas para resolver. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por aludir à Moção apresentada pelo PCP relativamente ao encerramento do ensino recorrente, dizendo que concordando, genericamente, com os fundamentos da Moção desejava salientar três aspectos que lhe pareciam essenciais. -----

----- Desde logo, porque sendo Lisboa, secularmente, uma cidade cosmopolita, era grave constatar que beneficiando o ensino recorrente, neste momento, largas franjas da população provenientes de outros países, portanto imigrantes que constituíam minorias étnicas e para as quais era fundamental que se criassem mecanismos para que houvesse total integração na vivência da cidade e da sociedade, promover o encerramento cego apenas atendendo a critérios economicistas e desprezando outros interesses subjacentes, era uma medida que merecia toda a censura. -----

----- Outro aspecto a salientar, era que estando Portugal, e a Cidade de Lisboa obviamente, inserido num espaço económico na União Europeia, onde a competitividade e as qualificações pessoais eram cada vez mais importantes, era grave que dessa forma se cerceassem oportunidades a pessoas que por vicissitudes diversas tiveram que iniciar a sua vida laboral mais cedo e agora não pudessem continuar os seus estudos no ensino recorrente. Aliás, nesse aspecto, falavam não só dos residentes na cidade mas também daqueles que morando nos concelhos limítrofes aproveitavam a abertura desses estabelecimentos de ensino para poderem estudar em período pós-laboral. Também por esse motivo toda a sua censura. -----

----- Um terceiro aspecto, é que era frequentemente visto que todas as forças políticas enunciavam e louvavam o conceito de aprendizagem ao longo da vida, mas depois promoviam-se este tipo de medidas que de certa forma entravam em completa contradição. -----

----- Por todos esses motivos – disse a terminar – manifestava a sua total concordância com a Moção nº 2, assim como acompanhava na censura ao Governo nesse aspecto. --

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por se referir aos problemas da falta de segurança na sua freguesia, dizendo que era efectivamente um problema preocupante, motivado, em grande parte, por uma questão que já várias vezes ali tinha referido que era o facto de haver na freguesia três instituições de carácter social que atraíam para zona pessoas com problemas vários. -----

----- Ainda hoje, quando se deslocava para esta reunião da Assembleia Municipal, a zona de Xabregas parecia o *Far West* com polícias por um lado refugiados por outro, etc. Na semana passada houve vários assaltos, portanto chamava a atenção da Câmara

para este problema, cada vez mais preocupante na sua freguesia, para que em colaboração com a Junta se procurar normalizar essa situação. -----

----- Depois propôs que a Câmara mandasse fazer a recolha de todos os documentos que distribuía às Juntas de Freguesia com a indicação de “Lisboa Feliz”, porque, para além de ser de muito mau gosto a distribuição de propaganda desse género, era importante que as coisas pudessem funcionar harmoniosamente entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. -----

----- Seguidamente, disse que na Quinta do Ourives estavam colocados contentores com pessoas que foram transferidas dos bairros históricos, o que constituía uma situação de calamidade total, uma situação de humilhação humana para a qual chamava a atenção porquanto havia um projecto que já tinha sido entregue à Junta de Freguesia para reformulação daquele espaço, o parecer positivo da Junta há mais de um ano estava na Câmara, mas tudo continuava na mesma, e, de facto, era urgente uma intervenção naquele local. -----

----- Por fim, disse que a Junta já tinha solicitado a transferência de um deficiente da Quinta do Ourives que mora num segundo andar, que não tem os dois membros inferiores, e encontrando-se presente a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa solicitava-lhe que este problema fosse resolvido. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas pretendia dar uma explicação ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, aliás perfeitamente desnecessária visto que ele tinha percebido tudo. -----

----- Em primeiro lugar, o Deputado Municipal Victor Gonçalves estava enganado quando dizia que a única crítica que ele tinha a fazer à Câmara era a questão da frase “Lisboa Feliz” no panfleto, porque, de facto, tinha mais. Era evidente que não era ainda aquele o momento para apresentar tudo, porque o ponto que iam ter a seguir é que era, tanto quanto esperavam que fosse, o ponto para analisar a informação do Sr. Presidente da Câmara, que esperava os honrasse com a sua presença, o que não era muito habitual. Aliás, esperava que o Deputado Municipal Victor Gonçalves começasse a fazer com o “seu” Presidente de Câmara aquilo que fazia com o Dr. João Soares. Ele, pelo seu lado, já o tinha feito e iria continuar a fazer, tinha essa obrigação moral, porque independentemente de quem fosse o Presidente da Câmara tinham todos que defender a Assembleia Municipal. Aí estavam os dois de acordo, não havia a menor divergência! -----

----- Portanto, seria no ponto seguinte que continuaria a apresentar algumas pequeninas críticas relativamente ao funcionamento – pouco – da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas, relativamente à questão do panfleto, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, que era uma pessoa séria, uma pessoa honesta, uma pessoa de bem, certamente concordaria consigo que foi uma infelicidade aquela mera coincidência, e com certeza que como pessoa de bem que era estaria consigo a recomendar à Câmara que retirasse todos esses documentos, porque foram vários apresentados. -----

----- Isto porque, como todos bem sabiam, à mulher de César não bastava ser séria, era preciso também parecê-lo. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 1**, apresentada pelo PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº 3**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº 4**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e a abstenção do PSD e do CDS-PP, com uma alteração introduzida pelos subscritores ao último parágrafo, que passou a ficar com a seguinte redacção: -----

----- “O Município de Lisboa diligencie junto das entidades competentes no sentido de que com a máxima brevidade sejam efectuados/tornados públicos estudos de impacte ambiental e de avaliação do risco de acidente aéreo na área de influencia do aeroporto dotando assim as autoridades e os cidadãos – numa Administração aberta e promotora da participação, responsabilidade e cidadania – do conhecimento necessário para as tomadas de decisão (novos programas de segurança e/ou evacuação, **plano de emergência em caso de acidente**, rasteio de saúde, etc.) e o respectivo posicionamento político (manutenção, realocação e adiamento ou não).” -----

----- (a *bold* a alteração introduzida) -----

----- Terminadas as votações, o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 166/2002;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 168/2002;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o nº 1, alínea e) do artº 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que já estava assente que nas reuniões em que houvesse informação escrita do Presidente da Câmara para apreciação, ela seria distribuída no prazo regimental. Desta vez houve um ligeiro atraso que contudo não se repetiria conforme acordo que foi estabelecido, na Conferência de Líderes, com a Câmara Municipal. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** referiu que o Sr. Presidente da Câmara não podia estar presente porque estava a decorrer uma reunião de avaliação do *rating* da Câmara e ele teria que estar presente até ao fim dessa reunião de trabalho. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Mais uma vez estamos aqui a analisar a prestação da actual gestão camarária e o estado da cidade. -----

----- Poderá considerar-se que ainda seria cedo para avaliar os resultados desta gestão, no entanto, pelas medidas e acções já tomadas, estilo e ausência de estratégias que temos vindo a registar, leva-nos a consolidar o nosso posicionamento fortemente crítico e de oposição. -----

----- Em primeiro, no que se refere ao estilo, ele tem, desde o início do mandato, um traço autocrático nomeadamente no relacionamento com os outros órgãos do Município. -----

----- Um exemplo é o de que mais uma vez o documento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia vem com atraso, já sabemos das Festas Populares, mas ele refere-se à actividade de Abril e Maio. -----

----- O relacionamento com as Juntas de Freguesia e os munícipes também são uma referência negativa: -----

----- - são as presidências nos bairros, sem informar as Juntas de Freguesia, são também as obras e acções, sem essa informação, são os inúmeros ofícios sem resposta ou com grande atraso; -----

----- - são as convocações das Juntas de Freguesia como se estas fossem extensões da Câmara e não um órgão tão soberano e independente como a própria Câmara; -----

----- - foi o processo de negociação dos protocolos de descentralização, sem critérios e transparência e os atrasos que causam graves prejuízos para as freguesias e os munícipes, chegando ao ponto de ainda não ter sido feita a transferência das verbas. ---

----- Em segundo, muitas funções cruciais da competência da Câmara degradam-se e paralisam. É a limpeza da cidade, onde existem muitos cantões que já não são limpos há meses, é ver os muitos protestos das freguesias e ofícios na Câmara. É uma questão de higiene e saúde pública. São os realojamentos que deixaram para trás as barracas devolutas que ainda não foram demolidas e que já estão a ser reocupadas – como é o caso da Quinta das Laranjeiras, nos Olivais e outros. Talvez se considere ser muito mais urgente a demolição de novas casas, como foi o caso da Bela-Flor. -----

----- E a actividade desportiva na cidade? -----

----- Porque não se realizaram os Jogos do Futuro? -----

----- E os equipamentos em construção, porque estão parados? - Piscina de Alfama, Casal Vistoso, Complexo da Boavista. -----

----- E o relacionamento e cooperação com o Movimento Associativo da cidade? -----

----- E o apoio à actividade que era muito canalizado em parceria com as Juntas de Freguesia, e que agora é descentralizado sem critério? -----

----- Qual a resposta do Sr. Presidente aos apelos e petições subscritas por dezenas de colectividades e Associações, tal como a feita por 42 instituições da Freguesia de Marvila e ainda não respondidas? -----

----- E os meios e apoios à actividade e o problema humano da falta de recebimento de vencimentos desde há vários meses por dezenas de monitores das Escolas e Escolinhas que apoiam esta actividade de grande alcance social, de prevenção à toxicoddependência e à marginalidade de milhares de crianças e jovens? -----

----- Vai acabar com a ginástica nas piscinas municipais? -----

----- Sr. Presidente, neste sector, em cinco meses, já passaram três vereadores. -----

----- Além destas inflexões, há uma clara ausência de definição de uma política de desporto e clareza de objectivos. Como está a planificação do novo ano desportivo a iniciar em Setembro? Vai ou não continuar o projecto anterior? Ou, ao invés de desporto para todos, serão mais clientes e menos utentes, e voltaremos à fase da colectividade de mão estendida? -----

----- Sr. Presidente, no seu preâmbulo coloca como questão central da política do Município o planeamento e equilíbrio urbanístico como pedra de toque. Mas no relatório, não se fala na paragem de planos como o do Vale de Chelas e os problemas relativos aos equipamentos sociais e de serviços nos bairros de realojamento, vias de acesso e transportes para essas populações, como é exemplo o da Quinta do Lavrado. -----

----- E a nova sede para a Junta de Freguesia de São João? -----

----- Não basta resolver o realojamento decorrente das novas vias e dos bairros de barracas. E o resto? A vertente de integração social? -----

----- Quanto às medidas decorrentes das suas presidências nalguns bairros vamos ver se dá resposta às justas questões colocadas pelos moradores e seus representantes. -----

----- Quanto ao planeamento ainda se verifica ausência de referência ao processo de revisão do PDM. O que quer fazer o Sr. Presidente a este processo? -----

----- E vai deixar cair o Plano Estratégico de Lisboa? E quanto à alteração do conceito de reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa? -----

----- Por último, fala em qualidade urbana, deixar-lhe-ia um pequeno exemplo, que espero me responda, sobre a escandalosa ocupação da Alameda D. Afonso Henriques, uma praça nobre e *ex-libris* da cidade acabada de recuperar recentemente, por uma autêntica feira de carrinhos de choque e outros tipos de diversão, que não se coadunam com uma praça desta qualidade. Há protestos dos moradores face aos ruídos, à marginalidade e à impossibilidade de fruição desse espaço, incluindo o parque infantil, já que muita gente se inibe de o utilizar. Quem autorizou uma coisa destas? -----

----- Finalmente, o PCP continuará a ter uma postura crítica construtiva mas denunciará e votará contra tudo aquilo que for negativo para a cidade.” -----

----- Finda a leitura do documento, aludiu à intervenção do Deputado Municipal Nuno Roque dizendo que o PCP, no decurso de uma iniciativa própria já realizada em 2002, apresentara uma proposta na Câmara para a revitalização da Baixa Pombalina, que foi rejeitada pela actual maioria da Câmara, e, posteriormente, foi levantada também a mesma questão na Assembleia Municipal pelo PCP. -----

----- Portanto, o problema era o Deputado Municipal Nuno Roque não se ouvir só a si mas também os problemas que os outros colocavam. -----

----- **O Deputado Municipal Dias de Almeida (PSD)**, sendo esta a sua primeira intervenção neste mandato, começou por dirigir ao Sr. Presidente uma saudação especial dizendo que seria legítimo, naturalmente, ver na presidência uma pessoa do seu partido, mas olhando para a Mesa via uma pessoa muito competente, honesta, vertical, séria, coerente e justa, que sempre soubera dar à Assembleia Municipal de Lisboa a dignidade de que ela se deveria revestir e com isso merecer o respeito e consideração de todos. Por isso, felicitava o Sr. Presidente pela sua reeleição. -----

----- Iniciando a intervenção, disse que estava na Assembleia Municipal desde 1985 e nas várias intervenções que fez centrara muito as suas atenções nos bairros históricos, porque vive num bairro histórico, gosta de preservar as referências históricas, as tradições, os edifícios seculares, o meio ambiental, o interesse colectivo das populações, enfim, tudo aquilo que pudesse constituir um privilégio para quem vivia num bairro histórico e deveria ter sensibilidade para o preservar. -----

----- Nesse domínio fizera várias intervenções na Assembleia Municipal defendendo coisas que escapavam aos vários Executivos municipais, sobretudo ao anterior, mas nem sempre com sucesso. O que queria dizer com isto, era que se durante todos esses anos se debatera em defesa desse património continuava a fazê-lo, e hoje o que o levava a usar da palavra era exactamente para referir um folheto que tinha sido posto a circular nesses bairros históricos, pelas mãos das Presidentes de Junta das freguesias de São Miguel e Santo Estevão, onde faziam uma análise da acção do Presidente da Câmara, e da Câmara eleita há cinco meses, querendo com isso subestimar a acção da Câmara. Por outras palavras, queriam culpar o actual Executivo por em cinco meses não ter conseguido fazer aquilo que a Câmara anterior não fizera em 12 anos. Ou seja, as referidas Juntas analisavam, em quatro pontos fundamentais, o que a Câmara fizera ou não fizera mas deveria ter feito. -----

----- Por exemplo, a questão da piscina, matéria que vinha sendo ali referida de forma superficial e pouco fundamentada, ela tinha uma história. É que quem tinha tido a ideia de construir essa piscina foi o saudoso Eng^o Nuno Abecasis, há muitos anos, que na altura admitira logo a hipótese dela ser construída naquela zona onde hoje estava. Depois o Eng^o Nuno Abecasis saíra e a Câmara que se seguiu iniciara os estudos que levassem à conclusão da piscina, mas, doze anos depois, a piscina não estava concluída e acusava-se agora o Executivo de ainda não estar a funcionar por faltarem alguns equipamentos, culpabilizando-se o actual Presidente da Câmara por isso. Ou seja, nunca criticaram a anterior Câmara por não ter adiantado nada em relação à piscina, nunca lamentaram que dezenas de jovens não tivessem aproveitado a piscina para praticar um desporto salutar como a natação, e agora, de ânimo leve e de forma infundada, vinham dizer que a culpa era do actual Presidente da Câmara que não complementara a piscina. -----

----- Outra questão que também se levantava era a da reabilitação urbana, mas as críticas só faziam sentido quando eram devidamente fundamentadas, quando não perdiam credibilidade. Quem falava de ânimo leve ou não conhecia o passado

histórico do processo de reabilitação de Alfama, ou então omitia deliberadamente, e uma omissão também era uma forma de cumplicidade. -----

----- É que quem concebera o Gabinete Técnico de Alfama, no tempo do Eng^o Nuno Abecasis, foi o Arqt^o Vítor Reis, que no Beco de Santa Helena arranjava as instalações para o efeito e o dotara com o pessoal e os meios adequados para a altura, num orçamento municipal que era de 15 milhões de contos. Foi ele que iniciara o processo com a recuperação de algumas casas na Rua Norberto Araújo; que recuperara de raiz a colectividade chamada “21 de Março”, que posteriormente foi muito mal acompanhada pelas Juntas de Freguesia; que comprara a Sociedade Boa União de que a Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel é Presidente e a oferecera à colectividade; que dera 20.000 contos para fazer as obras no Adicence; que recuperara dois prédios no Largo do Chafariz de Dentro; que recuperara o prédio cor-de-rosa que está no Largo de São Miguel; que oferecera à Junta o centro-de-dia. Enfim, fizera-se muito coisa mas as referidas Presidentes de Junta esqueceram-se disso. -----

----- Mas o que fizeram os Executivos anteriores? Em 1990 prometeram, na Assembleia Municipal, iniciar um programa de recuperação através dos tais planos integrados, o primeiro dos quais começava no Largo do Chafariz de Dentro, subia a Rua de São Pedro, Largo de São Rafael, Beco das Barrelas, Largo Terreiro do Trigo e novamente Largo do Chafariz de Dentro, o que, sem dúvida, era uma obra de vulto. O Eng^o Rui Godinho fizera-se fotografar nos jornais de então dizendo que ia começar a obra, mas o que era certo é que ela não tinha começado e muito menos acabado. Depois, o Dr. Vítor Costa viera dizer a mesma coisa, através de reuniões que promovia nas colectividades da zona, mas também nunca começara a obra, e, por fim, aparecera o Eng^o António Abreu a dizer também a mesma coisa: na Boa União e no Adicence, em reuniões em que ele próprio assistira, dizia sempre que agora é que iam começar, mas nunca tiveram coragem de começar coisa nenhuma. -----

----- E então vinham agora acusar a actual Câmara de não ter feito a obra que as anteriores deveriam ter feito em doze anos, perguntou! -----

----- Continuando, disse que Alfama estava agora como nunca. Morava ali há cerca de 50 anos e nunca tinha visto tantas escoras a segurar prédios como agora. Prédios moribundos amparados com escoras, também eles em fila de espera para a intervenção cirúrgica que não chegava. Essa era a herança que a anterior Câmara deixara! Mas nunca no passado se ouvira ali uma voz do PCP a criticar a Câmara por não ter feito aquilo que tinha prometido! E agora, em cinco meses, queriam que a Câmara fizesse já aquilo que foi história durante doze anos? -----

----- Por outro lado, referia-se também no folheto que o trânsito era um problema complexo e tinha que se ouvir a população. Era verdade que a população tinha sido ouvida pela maioria anterior, ele próprio tinha assistido a algumas reuniões orientadas pelo Sr. Vereador António Abreu, mas o que era que tinha resultado disso? É que quando o Sr. Vereador António Abreu percebera que havia população dividida não tivera coragem para avançar com coisa nenhuma e então fizera aquilo que os “senhores” fazem, o facilitismo! Mais valia não fazer nada porque o facilitismo era a

maneira mais prática e politicamente mais rentável para manter o eleitorado, e, portanto, deixaram as coisas ficar como estavam. -----

----- Mas agora, quando lá estivera a Polícia Municipal a tentar fazer zonas pedonais na quadra festiva dos Santos Populares, houve reacções, incluindo da própria Junta, e a Polícia Municipal fora-se embora desabafando: “não vale a pena porque a gente o que gosta é de baldas”. Ou seja, quando queriam fazer zonas onde as pessoas transitassem com algum à-vontade, houve impedimentos e obstáculos! -----

----- Depois, referia-se também a questão da segurança, e quanto a si era curioso que as Juntas referissem que a segurança deveria ser articulada com elas próprias, porque, de facto, uma polícia de segurança não era nenhuma instituição particular mas uma instituição de força e de manutenção da ordem pública, uma força adjunta às forças militarizadas que tinha comandos, chefias e hierarquia, consequentemente não precisava de ser orientada por uma Junta de Freguesia. Aliás, na Câmara anterior, existia um estudo exaustivo, feito pela Universidade Católica, em que estavam referenciados todos os pontos nevrálgicos da cidade, todos os pontos em que deveria haver uma observação mais directa da polícia, conheciam-se os sítios onde havia mais roubos, onde havia mais desacatos e mais marginalidade, e, se calhar, esse estudo ainda não tinha sido transmitido à actual Câmara. Mas a polícia também tinha, a polícia sabia perfeitamente onde devia agir para defesa dos bens e das pessoas, não precisava coordenar nada com as Juntas nem certamente se deixaria fazer depender das opiniões e sugestões que as autarquias lhes quisessem fazer. -----

----- Portanto, se o dito folheto pretendia analisar os cinco meses de gestão da actual Câmara, quanto a si perdia por falta de fundamentação das críticas, porque se as críticas não tinham fundamentos perdiam por falta de credibilidade. Aliás, a propósito, lembrava uma quadra do Poeta Aleixo: “A mentira para ser segura / e atingir profundidade / terá que ter de mistura / qualquer coisa de verdade”. E o que faltava a esse documento era verdade: falar por falar, dizer por dizer, criticar por criticar, era uma falha total. -----

----- A terminar, dirigindo-se directamente à Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel – freguesia onde mora – disse que pessoalmente tinha como objectivo fazer alguma coisa pelo bem das populações, pelo bem da freguesia, pelo bem ambiental que também defendia que estava mal, pelo bem da defesa do património que todos deveriam preservar. Pessoalmente estava disponível, como até agora, para colaborar e fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, mas se esse não era o objectivo da Junta, então teriam muito que conversar e este teria sido com certeza o primeiro capítulo. ----

----- **O Senhor Presidente** disse que este ponto se destinava à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, mas o Deputado Municipal Dias de Almeida utilizara o tempo para questionar, não a Câmara como estava definido, mas vários Presidentes de Junta, pelo menos dois tanto quanto tinha percebido. -----

----- Tinham que se entender quanto ao uso destas figuras regimentais! Como era que agora resolvia este problema? Tirava uma fatia do tempo da Câmara e dava-o às Juntas para responder às questões uma vez que lhes tinham sido colocadas a elas? -----

----- Portanto, teriam que tentar encontrar, na organização dos trabalhos, uma forma adequada que correspondesse ao uso das figuras. A intervenção acabada de produzir teria todo o cabimento no período de Antes da Ordem do Dia, mas produzida neste, como foi, criara-lhe um problema. -----

----- Após diálogo com a Deputada Municipal Ana Gonçalves, que falava do seu na bancada, disse que há muito tempo não lhe acontecia a situação de estar a dialogar nos termos em que o estava agora a fazer com a aludida Deputada Municipal, pelo que a continuar assim suspendia a reunião. -----

----- Acrescentou que podia dar a palavra à Deputada Municipal Ana Gonçalves desde que ela combinasse com o seu Grupo Municipal quando poderia fazê-lo, porque não podia dar-lha nos termos em que a estava a pedir visto que não tinha figura regimental para o fazer. -----

----- Disse, ainda, que não fazia censura ao conteúdo das intervenções. Era um princípio adoptado pela Mesa e que ele tinha desde que ali estava, há 12 anos. O Deputado Municipal Dias de Almeida fez a sua intervenção e independentemente do seu conteúdo não tinha forma de o impedir de referir o que referira. -----

----- Por conseguinte, prosseguiriam agora com a sequência normal dos trabalhos, mas pedia aos Deputados Municipais do Partido Comunista que organizassem as intervenções tendo em atenção o que se passara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso as palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara era um exercício interessante porque manifestamente se via que houve um grande esforço no sentido de apresentar trabalho, o que de alguma forma registava e saudava porque, efectivamente, notava-se que tinha havido uma grande dificuldade em apresentar uma informação que narrasse o trabalho da Câmara. -----

----- Isto porque, pela informação apresentada, se notava que a Câmara Municipal ainda não conseguira arrancar. Parecia evidente que este início de mandato estava a ser muito complicado! Não sabia se isso tinha a ver apenas e tão só com as querelas entre os Senhores Vereadores, nem isso lhe interessava, mas aquilo que era óbvio era que a Câmara Municipal não estava a funcionar. -----

----- Esta, de resto, não era uma constatação sua, era uma constatação dos cidadãos! De facto, no dia-a-dia, iam contactando com os cidadãos e percebiam que a apreensão começava a ser geral, designadamente com aqueles que mais expectativas tinham na intervenção directa da Câmara. -----

----- Mas salientava uma questão positiva que tinha a ver com o facto de, finalmente, terem sido celebrados os protocolos com as Juntas de Freguesia. E dizia finalmente porque, de facto, o tempo de espera para as Juntas de Freguesia tinha sido exasperante. Não dizia desesperante mas podia dizer, porque manifestamente era disso que se tratava. Algumas Juntas de Freguesia estavam a viver uma situação dramática, porque, como todos bem sabiam, os problemas das Juntas, devido às imensas competências que tinham, sem os protocolos era uma situação muito complicada. -----

----- Disse, depois, que o primeiro pedido que desejava fazer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara – sem perturbar a sua leitura – era o favor de fazer chegar à Assembleia Municipal os protocolos que tinham sido celebrados. Sabia que eles tinham sido distribuídos a quem de direito, as Juntas de Freguesia, mas parecia-lhe que seria muito interessante que pelo menos as lideranças das bancadas tivessem acesso a esses mesmos protocolos. Mas acesso a todos eles, porque constatara, através da informação distribuída, que com algumas Juntas de Freguesia tinha sido assinado um protocolo para “estímulo a novas actividades juvenis”. Se calhar isso era muito interessante, mas como o não conhecia desejava conhecê-lo, e, portanto, pedia que a proposta 133/2002 fosse distribuída aos Grupos Municipais, obviamente através da Presidência da Assembleia, porque isso seria muito útil. -----

----- De resto, o mesmo dizia em relação à proposta 156/2002, que tinha a ver com protocolos para apoio à alfabetização, porquanto se tratava de instrumentos muito úteis e muito importantes para as Juntas de Freguesia que os Deputados Municipais teriam grande vantagem em conhecer, até porque era mais um meio de saberem a actividade que a Câmara Municipal estava a desenvolver, mesmo que fosse através das Juntas de Freguesia. -----

----- Seguidamente disse que na reunião realizada pela Câmara no dia 8 de Maio, foi apresentada e aprovada a proposta 124/2002, subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara, que referia: “Nomear o Presidente e um dos vogais do Conselho de Administração da EMEL – Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa” acrescentando-se, depois, que tinha sido aprovada por escrutínio secreto com 9 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções, mas porque tanto quanto sabia, e era público pelo menos através dos órgãos de comunicação social, que apenas tinha sido nomeado o Presidente, solicitava ao Sr. Vice-Presidente que esclarecesse se o que estava errado era a proposta ou era a comunicação social que veiculara que apenas tinha sido nomeado o Presidente. -----

----- Uma outra pergunta que desejava fazer referia-se a uma matéria repetidamente referida na informação, e que tinha a ver com a aprovação, em sede de Câmara Municipal, da proposta que previa o lançamento do concurso público para a empreitada do túnel das Amoreiras. Recordavam-se certamente que aquando da aprovação, em sede de Assembleia Municipal, do Orçamento do Município para 2002, tinha sido aprovada, por unanimidade, uma recomendação, apresentada pelo Partido Socialista, na qual se recomendava à Câmara Municipal – e todos perceberam que a Câmara se comprometera com isso – a não avançar com esse projecto sem que previamente fosse feito um debate público e sem que, após esse debate público, a Assembleia Municipal se debruçasse sobre essa mesma matéria. -----

----- Portanto, perguntava ao Sr. Vice-Presidente o que era que se tinha alterado, o que era que tinha acontecido para em tão curto espaço de tempo, depois de uma recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, por unanimidade, e com o expresso consentimento do Sr. Presidente da Câmara, que na altura achara até que era muito interessante, se tivesse alterado isso. De facto, não conseguiam entender o porquê dessa proposta ter sido apresentada em sede de Câmara Municipal, sem que estivesse cumprido esse pressuposto. Tanto mais que a própria discussão que o Sr.

Vice-Presidente da Câmara vinha promovendo – que tem tido oportunidade de acompanhar – indiciava que a própria Câmara nesta matéria, como noutras, ainda andava à procura do melhor projecto para lançar, eventualmente até com algumas dúvidas normais e naturais. -----

----- Por isso, a pergunta concreta que colocava ao Sr. Vice-Presidente era se, neste momento, a Câmara já tinha uma definição total daquilo que queria fazer e se lhes podia dizer já hoje qual era o projecto que queria apresentar à Cidade de Lisboa sobre essa matéria. -----

----- E, porque estava relacionado com essa mesma matéria, perguntava se seria possível que explicitasse alguma coisa sobre o projecto, de que também tiveram conhecimento através da comunicação social, relativo ao alargamento do Viaduto Duarte Pacheco. -----

----- Continuando, aludiu às Festas da Cidade dizendo que estavam em Junho, mês em que normalmente a Cidade de Lisboa estava em festa, mas desta vez a “Lisboa Feliz” tinha sido muito pouco feliz porque as Festas da Cidade não tinham tido o encanto doutras eras. Por muito que isso custasse à actual maioria, estas Festas da Cidade vinham sendo de uma tristeza que não poderia deixar de registar. Era evidente que quando falava em tristeza não falava na inexistência de grandes projectos nem na inexistência de grandes espectáculos, mas sim na inexistência de capacidade para motivar os cidadãos de Lisboa. Esta era uma situação preocupante que trazia também à colação para que a Câmara lhes pudesse dizer alguma coisa. Sabiam todos das ditas dificuldades orçamentais, quiçá seria essa a justificação, não acreditava que fosse outra, mas certamente o Sr. Vice-Presidente os elucidaria melhor. -----

----- Mas, a propósito dessa matéria, registava um elogio, sincero e significativo, que tinha a ver com o facto de, desta vez, a Câmara ter feito uma coisa que ele próprio no ano passado havia criticado por não ter sido feita. É que, no ano passado, na bancada central, a bancada VIP, não houve lugar para os Deputados Municipal, pelo que hoje, com agrado, desejava cumprimentar a Câmara Municipal e dar-lhe os parabéns pelo facto de ter sido, em parte, ultrapassada essa grave lacuna. Ou seja, a Câmara Municipal teve a amabilidade de convidar os líderes dos Grupos Municipais para estarem presentes no desfile, com a dignidade que o lugar exigia, que era um lugar na tribuna central. Portanto, registava o facto e congratulava a Câmara Municipal porque era justo e devia ser feito. -----

----- No entanto, dizia em parte, porque tinha que lamentar que tal não tivesse sido estendido, no mínimo, aos Presidentes de Junta de Freguesia. Referia isto com a maior sinceridade porque no ano passado tinha feito exactamente essa crítica, e, portanto, registava esta sua mágoa por ainda não ter sido este ano que os Presidentes de Junta foram convidados. Mas deixava o desafio para que no próximo já pudesse haver essa possibilidade, até porque era um acto de justiça que a Câmara faria, tanto mais que, infeliz e lamentavelmente, como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal bem constatará, naquela tribuna, aos fim de pouco mais de uma hora, os lugares vazios já eram mais do que muitos. -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Santo Condestável, no uso da palavra, disse que desejava falar um pouco do que não foi feito e do que deveria ser feito no Casal Ventoso. Naturalmente não iria qualificar nem adjectivar o que estava no terreno, o que ali estava era conhecido, deixariam isso para outra altura, mas importava dar continuidade ao trabalho por todos reconhecido no sentido de que não fossem as questões menores, questões menores mas de grande importância para aqueles que lá viviam, a jogar em desfavor da imagem do trabalho realizado. -----

----- E, então, ao que era preciso dar resposta? Era preciso que as pessoas que viviam naqueles bairros, nomeadamente no Bairro do Loureiro, atravessassem a Av. de Ceuta com segurança. O que estava previsto, e que já vinha da anterior administração do Gabinete, era uma passagem aérea, mas a passagem aérea, no entender da Junta, não era a solução porquanto não iria ser utilizada, ou sê-lo-ia muito pouco, e acabaria por ser uma desculpa para, posteriormente, quando houvesse um acidente, a Câmara ou o próprio automobilista se desculpabilizarem porque a pessoa não passara na passagem aérea. -----

----- Portanto, na sua opinião, deveriam ser feitas as zebras, deveria ser colocada sinalização, ou até mesmo pôr-se em prática o projecto de rotundas previsto para o local, para que as pessoas pudessem passar em segurança. -----

----- Por outro lado, era preciso assegurar a ligação dos bairros a Campo de Ourique, através dos transportes públicos; -----

----- Era preciso também pôr o centro de saúde em funcionamento, porque aquele célebre centro de saúde denominado “centro de saúde de terceira geração” continuava fechado e era preciso dar-lhe utilidade; -----

----- Pôr a funcionar o centro social; -----

----- Fazer a remoção dos entulhos, as bolsas de entulhos que entretanto foram ficando na encosta, nomeadamente no espaço entre a Rua Guilherme Anjos e a Vila Amorim. Era necessário intervir aí, e intervir de forma organizada para que essas bolsas de sujidade, com as consequências que tinham em termos da saúde pública e do ambiente, não viessem a repetir-se. -----

----- A propósito, disse que hoje mesmo tinha tido oportunidade de visitar essa zona da encosta do bairro, acompanhando a Sra. Delegada de Saúde que fizera questão de ir ao local, e depararam-se com algumas situações que requeriam uma intervenção urgente por parte da Câmara, nomeadamente no saneamento, ambiente e higiene, porque a demolição de toda aquela encosta, entre a Vila Amorim e a Meia Laranja, originara a acumulação de entulhos e de lixos diversos, bem como detritos provenientes de esgotos danificados, que agora corriam a céu aberto originando o aparecimentos de moscas, ratos, ratazanas e tudo o mais que advinha de uma situação dessas. Estas eram questões em que a Câmara poderia rapidamente intervir. -----

----- Por outro lado, aquele quarteirão era constituído por prédios muito velhos, havia ali cerca de trinta prédios e apenas sete famílias num quarteirão desse tamanho. Os prédios com os números 425 e 427 estavam abandonados e ali se acoitavam

toxicodependentes sendo locais de consumo e de tráfico de droga, pelo que a solução, naturalmente, passaria pelo emparedamento rápido dos mesmos. -----

----- A terminar, apelou a que todos, incluindo a Câmara Municipal de Lisboa, fossem capazes de olhar para aquele espaço com outros olhos, concretamente o triângulo entre a Rua Maria Pia, a Av. de Ceuta e os Sete Moinhos, e se visse o que era possível fazer naquele espaço, de uma forma concertada e organizada, para dar continuidade ao trabalho que entretanto se foi desenvolvendo. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, aludindo à escola secundária dos Anjos e à possibilidade do seu encerramento, disse que na Comissão de Educação receberam uma delegação da escola e foram visitá-la. Ela, há quatro anos, tinha 415 alunos, há três anos retiraram-lhe o décimo ano e ficaram 303 alunos, no ano lectivo de 1999/2000 tinha 208 alunos e neste momento tinha apenas 106 alunos, 36 docentes e 21 trabalhadores não docentes. -----

----- Era um processo de estrangulamento que não era aceitável, e era de notar que o actual Governo mantinha a intenção de encerrar a escola, apesar do actual Ministro da Educação, quando era Ministro sombra na Comissão da Assembleia da República, estar contra o dito encerramento. -----

----- Referiu, ainda, que na escola pretendiam ficar como escola 2+3, na zona já havia cerca de 70 crianças com potencial para inscrição no quinto ano, e era importante garantir a existência dessa escola, até como uma escola de proximidade, dado que a escola massiva falira como viram. Portanto, tinha todo o interesse que para uma zona difícil e com crianças em situação difícil, se encontrasse uma solução de continuidade daquela escola, com transportes fáceis e com um ambiente familiar de apoio aos alunos e uma vivência realmente estimável. -----

----- As freguesias que a escola servia eram, principalmente, as dos Anjos, Pena, Penha de França, São Jorge de Arroios, Socorro e Santa Justa, havia posições das Juntas de Freguesia contra o encerramento da escola, a Comissão iria estudar o assunto e propor à Assembleia uma posição sobre a matéria, mas era realmente importante que a Câmara Municipal – e gostava que o Sr. Vice-Presidente da Câmara não passasse o tempo a ler revistas e jornais mas tomasse alguns apontamentos para lhes dar respostas – recebesse a escola secundária dos Anjos, atendesse os problemas que a escola queria pôr, e, já agora, gostariam de saber qual era a atitude da Câmara quanto a isso bem como quanto à ameaça de encerramento de outras escolas: a Rainha D. Amélia, a Ferreira Borges, a Delfim Guimarães e o processo lento da extinção da Machado de Castro. -----

----- Disse, ainda, que na Comissão receberam também o Casa Pia Atlético Clube, instituição que tinha uma acção de despejo da sua sede, sita no Palácio Almada Carvalhais. O Casa Pia foi fundado em 1920, com Cândido de Oliveira à frente, tinha um trabalho estimável: 12 modalidades, 941 atletas inscritos, dos quais 741 da Casa Pia, tinha o maior número de inscritos na Associação de Lisboa. A cidade, como se viu na discussão da proposta referente ao Benfica e ao Sporting, ia perder dois complexos desportivos, perdia Alvalade e a Luz para ficar só com dois estádios de

futebol, enquanto que o Casa Pia tinha já um complexo desportivo a funcionar e tinha um grande projecto de complexo para servir aquela zona e a cidade. -----

----- Prestava já apoio a colectividades da zona, tinha uma pista de atletismo, era o maior clube português em luta greco-romana, campeões nacionais de iniciados em hóquei de sala, as escolas infantis do Sporting jogavam no Casa Pia, fizeram recentemente um torneio com 7.000 crianças de Portugal e de Espanha, e tinham um projecto de centro de estágio já aprovado pela Câmara. Não precisavam de 10 milhões de contos para avançar, bastavam-lhes duas ou três centenas de milhar de contos para levantar esse projecto, que era um grande complexo desportivo. Faltava-lhes um parceiro, era necessário que a Câmara acedesse aos pedidos para a realização de reuniões, que recebesse a Direcção do Casa Pia, visse o projecto que essa instituição tinha para o seu complexo desportivo e desse resposta às suas aspirações de forma tão rápida e tão eficaz como dera ao Benfica e ao Sporting. -----

----- Por fim, disse que o Deputado Municipal do PSD que fizera uma intervenção contra as Juntas de Freguesia, se já ali estava, como referira, desde 1985, aconselhava-o a que prestasse atenção às Grandes Opções do Plano para 2002-2005, recentemente apresentadas pela Câmara e aprovadas pela Assembleia, para ver que se alterava o conceito integrado de reabilitação urbana dos bairros históricos, que pura e simplesmente deixava de existir. Portanto, aconselhava-o a que estudasse esse plano porque aí teria, de facto, razões para preocupação. -----

----- **A Deputada Municipal Dina Nunes (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que se ia referir àquilo que achava que eram as relações inquinadas entre a Câmara e a Assembleia Municipal, porque, quanto a si, teria que haver uma relação bastante directa entre os dois órgãos. Isso teria que ser visível, por um lado, na distribuição atempada dos documentos para que os pudessem analisar e ali pudessem, de uma forma séria, responder àquilo que constava desses documentos, e, por outro lado, no que a Câmara fazia em relação às recomendações que a Assembleia Municipal produzia. -----

----- É que a Assembleia aprovara já algumas recomendações, e quando olhavam para a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não viam nenhuma informação sobre o que tinha sido feito a essas mesmas recomendações. -----

----- No que ao Bloco de Esquerda dizia respeito, por exemplo, sobre a questão da geminação de Lisboa com Ramallah não se via que algo tivesse sido feito, se já tinham sido feitos contactos ou não, ou a Câmara tinha deixado cair essa matéria por não lhe interessar, mas alguma informação teria que ser dada em relação a essa questão. -----

----- Por outro lado, relativamente a outra matéria que consideravam essencial, a aprovação, por unanimidade, da recomendação sobre o orçamento participativo, também não viam uma única linha nesta informação, e realmente importava saber se a Câmara já se tinha debruçado sobre esse assunto, se o tinha deixado cair ou não, porque mereciam uma resposta sobre aquilo que era aprovado na Assembleia. -----

----- Depois, sobre a questão da toxicodependência, disse que em Abril questionaram o Sr. Presidente da Câmara sobre a construção de uma sala de injeção assistida, em

Lisboa, ele respondera, então, que estava em contacto com o Governo, mas o Bloco de Esquerda queria saber em que estado estavam as coisas, se continuavam os contactos ou não e o que estava a ser feito para a implantação dessa sala para os toxicodependentes, que seria um primeiro passo na política de diminuição de riscos, quer para os toxicodependentes, quer para terceiros que tinham que assistir a algumas cenas menos próprias. -----

----- Por fim, referindo-se à reabilitação urbana, disse que assistiram, logo após a tomada de posse, ao emparedamento de grande parte dos edifícios degradados em Lisboa, o que na altura enchera páginas dos *media*, mas depois viu-se que não se fizera mais nada em relação a esses prédios emparedados. Em alguns deles já foram deitados abaixo os emparedamentos, já começaram novamente a entrar para lá os toxicodependentes e recomeçou o problemas dos riscos. Ainda ontem, na Freguesia dos Anjos, um desses edifícios que esteve emparedado mas que agora já tinha novamente um buraco no cimento teve um incêndio grave, e, portanto, importava saber o que estava a ser feito para que os proprietários desses prédios fossem obrigados a fazer as obras, e caso as não fizessem o que pensava a Câmara fazer pois havia legislação nesse sentido. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, aludindo à questão das relações entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, disse que desde 17 de Janeiro do corrente ano tinha enviado ofícios ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Vice-Presidente, ao Sr. Vereador Pedro Pinto, à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa e também ao Sr. Presidente da GEBALIS, a pedir informações sobre questões que se colocavam à sua freguesia, mas até ao momento a Câmara não só não respondera aos ofícios feitos como também não dera satisfação às solicitações constantes desses mesmos ofícios. --

----- No entanto, tinha que louvar ali o Sr. Vice-Presidente que em relação a ofícios sobre a recuperação urbanística das Galinheiras, o eixo Norte/Sul e a Av. Santos e Castro tivera o cuidado de mandar um assessor telefonar para a Junta a dizer que brevemente marcaria uma reunião com a Junta de Freguesia para analisar esses problemas. Em relação a todos os outros, até mesmo em relação a convites para iniciativas que a Junta de Freguesia realizara ao longo dos últimos meses, não só não estiveram presentes como nem mesmo se fizeram representar. -----

----- Disse, a concluir, que tinha preparado uma intervenção com os ofícios e os temas que cada um deles versava, como o tempo era curto não poderia fazê-lo mas deixava ali um alerta no sentido de que entre a Câmara e as Juntas de Freguesia deveria haver compreensão mútua e respeito por cada uma das instituições, porque, assim sendo, a Câmara não poderia continuar a deixar sem resposta os ofícios enviados pelas Juntas de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas queria juntar três breves notas que não tinha referido na sua intervenção inicial. -----

----- A primeira nota para chamar a atenção do Sr. Vice-Presidente de que estranhavam que a Câmara, com a informação escrita, não tivesse feito também a

entrega, que nos termos da lei era obrigatória, da informação financeira. Naturalmente isso já não podia ser feito hoje, mas pedia que ela fosse distribuída aos membros da Assembleia fosse quando fosse. -----

----- A segunda nota tinha a ver com uma acção que já vinha do mandato anterior e que não era referida na informação, a qual tinha a ver com a actividade do cinema São Jorge. Tanto quanto sabia era uma excelente actividade em termos de apoio à cultura da Cidade de Lisboa, onde a Câmara, aparentemente a contragosto e se calhar sem saber, prestava aos cidadãos um belíssimo serviço. Portanto, lamentava a ausência de qualquer referência na informação escrita ao cinema São Jorge, ausência aliás tanto mais lamentável quando era certo que podiam ver nessa mesma informação escrita, e bem, um relatório muito exaustivo sobre o que era a actividade da videoteca, como igualmente se referenciava muito bem aquilo que era a actividade do São Luiz. -----

----- Por conseguinte solicitava ao Sr. Vice-Presidente que informasse a razão porque nada se informava sobre o cinema São Jorge, tanto mais que a questão do cinema São Jorge, como todos sabiam, foi uma questão emblemática para a cidade durante um determinado período, exactamente porque estivera em causa um palco muito importante da cultura de Lisboa e porque a anterior Vereação, designadamente o anterior Presidente, se batera por ele conseguindo impedir o seu fecho. -----

----- Portanto, querendo crer que não tinha rigorosamente nada a ver uma coisa com a outra, desejava que fosse explicado o porquê dessa lamentável ausência e, meramente a talho de foice, se explicasse também a razão porque há alguns meses no cinema São Jorge existiam problemas com os salários dos representantes da Câmara Municipal de Lisboa. E chamava-lhes representantes visto que não eram funcionários públicos mas estavam lá em nome da Câmara, por responsabilidade da Câmara reiterada pela actual Vereação. Aliás, neste momento não estavam apenas em causa os funcionários ou agentes, também estavam em causa os compromissos com prestadores de serviços, designadamente as agências que cediam ao Município os filmes que ali eram passados e que agora ameaçavam não o continuar a fazer visto que os pagamentos estavam muito atrasados. -----

----- Aludindo aos protocolos com as Juntas de Freguesia para a reparação de habitações, disse que a nova prática que a Vereação estava a procurar implementar era no sentido de que as reparações fossem só em habitações municipais, pelo que, em nome das Juntas de Freguesia e dos cidadãos de Lisboa, pedia que essa política fosse revista porque as solicitações nas Juntas de Freguesia tinham muito mais a ver com habitações particulares, já que, como sabiam, grande parte dos proprietários também não tinham capacidade para realizar obras, os imóveis iam-se degradando, iam perdendo condições de habitabilidade, e eram os moradores, pessoas sem possibilidades, que sofriam as consequências. -----

----- De resto, a Sra. Vereadora responsável pela Acção Social fizera um excelente protocolo com a Liga Portuguesa, protocolo que, aliás, também já vinha do passado e através do qual a Câmara Municipal dava dinheiro à Liga para que pudesse realizar obras em casas de pessoas dependentes, portanto estavam a favor desse protocolo,

achavam-no muitíssimo bem-vindo, mas entendiam que ele deveria ser estendido também às Juntas de Freguesia para as habitações particulares. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, referindo-se à intervenção que o Deputado Municipal Dias de Almeida fizera sobre a reabilitação urbana em Alfama, disse que era natural que esse colega, embora estando na Assembleia Municipal há muitos anos, se tivesse esquecido que a criação do Gabinete de Alfama, pelo Arqtº Vítor Reis, teve a ver com uma grande acção reivindicativa da população do bairro, na altura com o *slogan* “Alfama recuperação ou morte”, porque, de facto, foi a partir dessa grande acção reivindicativa da população que a Câmara se encheu de vergonha e criou o dito gabinete, que, no entanto, não tinha nada a ver com o trabalho que hoje se fazia. -----

----- Aliás, o mesmo tinha acontecido em relação ao Gabinete do Bairro Alto, em que novamente foi preciso a população manifestar-se para que fosse criado o gabinete e depois, mais à frente, o Vereador Vasco Franco avançara com a constituição do gabinete oficialmente. -----

----- É que, de facto, falava-se em coisas sem concretizar muito bem e depois parecia que a memória era curta, o que não podia acontecer para que fosse o seu a seu dono.---

----- Disse, depois, que era importante informar toda a Assembleia, e particularmente o referido Deputado Municipal, que o Engº Nuno Abecasis não tinha feito nada em relação à piscina de Alfama. O que ele fizera foi transferir para aquele local as maquetas, aliás era uma casa donde depois até houve grande dificuldade em tirar de lá todo o entulho. Portanto era bom que ficasse claro que a piscina de Alfama não tinha nada a ver com a Vereação do tempo do Engº Nuno Abecasis. -----

----- Quanto ao facto da piscina de Alfama estar parada, disse que ainda hoje o noticiário da RTP tinha referido isso e o Vereador responsável nem sequer dera a cara, mandara um assessor. Se calhar os assessores, porque iam sempre eles, até já se consideravam Vereadores substitutos. Mas lembrava também que várias vezes criticaram ali a Vereação anterior em relação ao atraso verificado nas obras da piscina de Alfama, e agora, naturalmente, continuariam a criticar porque há cinco meses que as obras estavam paradas e o Presidente da Câmara, numa reunião que teve com eles, referira-lhes que era uma coisa que ia ver de um dia para o outro. -----

----- A verdade era que o assessor não sabia o que havia de dizer para as câmaras da televisão, enfim um mau espectáculo dado aos telespectadores mas demonstrativo de que a Câmara não sabia o que se passava na cidade, ou pelo menos sabia muito pouco do que se passava em São Vicente de Fora, porque nem sequer sabia que a piscina de Alfama ficava na sua freguesia já que a primeira vez que o Presidente da Câmara quisera ir lá passara pela vergonha de andar pelas Juntas de São Miguel e Santo Estevão a perguntar onde era a piscina de Alfama. -----

----- Mas a preocupação, agora, era que as obras avançassem. Não acreditavam que a Câmara quisesse deixar passar mais uns meses para depois mostrar que era obra sua e não da anterior Vereação. -----

----- Sobre plano de urbanização da Quinta do Ferro, disse que alguns moradores saíram dali para serem realojados, e muitas das barracas não foram ainda demolidas e estavam a ser reocupadas por outros moradores. Na altura em que o Vereador Vasco Franco tinha essa responsabilidade, insistentemente o questionara na Assembleia Municipal sobre qual era o plano de urbanização que tinham para ali e a resposta era que estava a ser feito, pelo que, agora, dirigia a pergunta ao Sr. Vice-Presidente, responsável pelo Pelouro, porque era importante que isso se soubesse na justa medida em que com a saída das populações os problemas da toxicodependência aumentavam na área. -----

----- Por fim, disse que agradecia ao Sr. Vice-Presidente da Câmara o facto de ter mandado um assessor reunir com a Junta para tratar da questão do Mirantense, mas alertava que era preciso passar das palavras aos actos porque o despejo do clube estava marcado para o dia 14 de Julho e seria dignificante para a Câmara e para todos se conseguissem salvar o clube dessa situação. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, novamente no uso da palavra, depois de pedir desculpa ao Sr. Presidente pelo incidente há pouco verificado, disse que o documento que o Deputado Municipal Dias de Almeida ali exibira era um documento da Organização Regional de Lisboa do PCP, que ela, enquanto membro do PCP de que muito se orgulhava e como cidadã e moradora de Alfama, andara a distribuir no sábado, nas suas horas livres e não nas horas da Junta, pelo que o Deputado Municipal Dias de Almeida não tinha qualquer reparo a fazer quanto a essa situação. -----

----- E, ao contrário do que era afirmado pelo Deputado Municipal Dias de Almeida, esse documento não continha qualquer inverdade. O que continha, isso sim, eram algumas preocupações do PCP, porque, como já ali tinha sido referido, as Opções do Plano para 2002-2005 não tinham qualquer plano para a reabilitação urbana integrada dos bairros históricos, que o Deputado Municipal Dias de Almeida tanto defendia, desvirtuando o essencial que seria, concertadamente, fazer o trabalho profundo e sério que tantos bairros históricos de certeza agradeceriam. -----

----- Disse, ainda, que seis meses passados da tomada de posse da Câmara, as Juntas de Freguesia de São Miguel e Santo Estevão ainda não tinham sido ouvidas por nenhum Vereador e, portanto, as suas preocupações continuavam a ser as mesmas. ----

----- Por outro lado, a população da sua freguesia, que a elegera por maioria absoluta, com certeza depositava em si muita confiança, porque, se assim não fosse, não o teria feito. -----

----- Relativamente ao estacionamento, disse que o Sr. Presidente da Câmara ainda não referira nada acerca do problema. Os Vereadores do PCP, na anterior Câmara, ainda faziam reuniões com os moradores e com as Juntas de Freguesia para tentar resolver esse grave problema, porque ela, e certamente o Deputado Municipal Dias de Almeida que também ali morava, não conseguia entrar em casa porque tinha carros estacionados à porta. Portanto, a questão era criticar o que era criticável e tentar andar para a frente, mas para isso era preciso que a Câmara as ouvisse, e ela, de facto, não as ouvia. -----

----- Portanto, disse a terminar, o Deputado Municipal Dias de Almeida não podia ir ali fazer política barata porque ela não lhe dava um centímetro para que isso assim fosse. -----

----- **O Senhor Presidente** disse à oradora que não tinha nada que lhe pedir desculpa porque o que se passara foi um incidente perfeitamente normal na vida de uma assembleia, que geriam como sabiam e podiam, mas esses incidentes esgotavam-se no segundo em que acabavam. -----

----- **O Deputado Municipal José Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que na reunião em que se analisara informação escrita relativa ao período anterior, o Sr. Presidente da Câmara assumira o compromisso de, por sugestão do PEV, fazer acompanhar as futuras informações escritas de um índice, coisa que não dava muito trabalho e facilitava a leitura e análise do documento, pelo que estranhavam que o índice não estivesse já nesta informação escrita. -----

----- Disse, depois, que o PEV reunira com os grupos de teatro para formular a recomendação há pouco votada, e vários desses grupos lhes fizeram saber que os sistemas regulares de apoio que vinham sendo feitos estavam agora suspensos. Referiam eles que quando se dirigiam à Câmara a pedir entrevistas lhes diziam para o fazerem por escrito que quando tivessem tempo dariam resposta. Não questionando o PEV a legitimidade da Câmara em suspender os processos anteriores, entendiam, contudo, que deveria ter havido o cuidado de não suspender sem deixar alternativa à paragem do processo como tinha acontecido. Ou seja, se era intenção travar o processo anterior deveria ter-se o cuidado de se pôr uma coisa meramente transitória ou então deixar estar como estava até haver uma solução alternativa. -----

----- Portanto, desejava que o Sr. Vice-Presidente, se possível, desse uma informação sobre essa questão. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que tinha tomado boa nota de todas as intervenções e de todos os pedidos de esclarecimento, mas não poderia hoje, ali, substituir-se ao Sr. Presidente da Câmara na tentativa de clarificar algumas questões que foram levantadas, pelo que daria resposta a algumas que foram objectivamente postas e que eram mais da sua esfera de acção. -----

----- Assim, começou por aludir à questão referente à nomeação do Conselho de Administração da EMEL dizendo que, na realidade, por agora só havia sido nomeado o Presidente do Conselho de Administração. -----

----- Relativamente ao túnel das Amoreiras, disse que o projecto, de facto, tinha sofrido alguma alteração mas o que estava consagrado e preparado para ir a concurso era aquele que tinha sido apresentado na reunião de Câmara onde foi aprovada a proposta de solução para o túnel. -----

----- Ainda sobre o túnel, disse que a intervenção em termos de obra de engenharia era aquela que tinha sido apresentada, no entanto, o projecto em si incluía uma beneficiação da circulação rodoviária na entrada e saída de Lisboa, que ia desde o Viaduto Duarte Pacheco até à entrada do já existente túnel das Amoreiras. -----

----- Quanto à possível intervenção no Viaduto Duarte Pacheco, disse que não sendo esse viaduto da esfera de intervenção da Câmara Municipal, obviamente seria com a entidade responsável por ele que a Câmara tinha expectativas de poder vir a articular a beneficiação em termos da entrada e saída da cidade por essa via. -----

----- Relativamente ao debate público sobre o túnel, disse que ele iria ser feito, para já tinha sido posto em consulta pública ao abrigo da Lei de Acção Popular, de 1995, uma lei que obrigava a que todos os projectos com algum impacte na sociedade tivessem que ser objecto de inquérito público, projectos de valor superior a um milhão de contos teriam que, obrigatoriamente, ter esse procedimento, que todavia nunca fora seguido nos 21 casos que aconteceram no Município de Lisboa desde 1995. No entanto, este processo do túnel já estava em consulta pública desde meados de Maio, altura em que foi anunciado em jornais e posta à disposição do público a análise do projecto. -----

----- Não obstante isso, era intenção da Câmara, antes de lançar o concurso de empreitada, promover pelo menos um grande debate em sessão pública para discussão do assunto, para além de uma que já tinha havido, talvez de círculo mais restrito, a convite da Ordem dos Arquitectos, onde também foi abordado e discutido o tema. -----

----- Acerca das transferências para as Juntas de Freguesia, disse que o Sr. Presidente da Câmara lhe pedira para assegurar que até sexta-feira desta semana, no máximo até à próxima segunda-feira, estariam efectivadas as transferências de verbas já protocoladas. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém da Câmara desejara intervir, deu por encerrado o ponto 1 declarando aberto o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. --

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 166/2002 – APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA PARA A ÁREA DA AMEIXOEIRA (COROA PERIFÉRICA), AO ABRIGO DO N.º 1 DO ART.º 79.º DO DEC-LEI N.º 380/99, DE 22 DE SETEMBRO E ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53 DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 166/2002 -----

----- “ALTERAÇÃO EM REGIME LIMITADO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LISBOA NA ZONA DA AMEIXOEIRA -----

----- Considerando que: -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa aprovou em 15 de Setembro de 1999, através da Deliberação n.º 449/99, proceder à alteração do PDML na área da Ameixoeira (Coroa Periférica), em regime limitado, ao abrigo do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 156/97, de 24 de Junho e do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março; -----

----- - Foram efectuadas, ainda no âmbito do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, nos termos do seu art. 13.º, consultas a entidades externas, que enviaram os respectivos pareceres; -----

----- - Foram consultadas a CCR-LVT e, depois, a DRAOT-LVT, Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e do Vale do Tejo, com a qual foram realizadas reuniões de concertação; -----

----- - Dos pareceres recebidos da DRAOT e das reuniões atrás referidas resultou a necessidade de introdução de correcções ao Projecto de Alterações, que foram aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa em 29 de Agosto de 2001, pela Deliberação n.º 367/2001; -----

----- - Em sequência da deliberação de Câmara referida atrás, foi realizado o procedimento de Discussão Pública, previsto no n.º 3 do art.º 77º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, de acordo com o n.º 2 do Art.º 2º do Decreto-Lei n.º 115/2001, de 7 de Abril, tendo sido apresentada uma observação por parte de um munícipe; -----

----- - Procedeu-se a uma correcção final das peças que instruem o processo, tendo em consideração o parecer emitido pela DRAOT-LVT em 7 de Dezembro de 2001, conforme relatório que acompanha esta Proposta; -----

----- - Em resultado destes procedimentos, e face ao parecer favorável da DRAOT-LVT, emitido em 8 de Maio de 2002, o processo se encontra em condições de ser submetido à Assembleia Municipal, para aprovação; -----

----- Tenho a honra de propor que: -----

----- 1.A Câmara Municipal de Lisboa aprove a Proposta de Alteração ao PDM de Lisboa para a Área da Ameixoeira (Coroa Periférica), com as correcções decorrentes da Discussão Pública e do Parecer da DRAOT-LVT; e -----

----- 2. A Proposta de Alteração seja enviada à Assembleia Municipal de Lisboa, para aprovação, nos termos do Art.º 79º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.” ---

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que desejava pedir alguns esclarecimentos e fazer alguns comentários acerca da proposta em apreciação. -----

----- Referiu, então, que o Vale da Ameixoeira representava cerca de dois terços da área geográfica da freguesia, o que queria dizer que não se tratava de uma questão de pormenor mas sim de uma questão que tinha uma abrangência bastante grande, que merecia ser tratada com mais respeito e atenção. -----

----- Disse que a documentação lhe tinha sido entregue pelos membros do PCP ontem à tarde, informalmente, numa reunião que tiveram para preparação desta sessão, porque oficialmente não tinha conhecimento de nada. Isto poderia parecer ridículo mas era verdade, e lamentava que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse presente para lhe lembrar que numa reunião que tiveram, há pouco tempo, com mais algumas Juntas de Freguesia, no Palácio da Mitra, quando se abordara essa falta de informação constante dos serviços e da Vereação em relação a matérias que se passavam nas áreas de cada uma das freguesias, o seu comentário foi que lhe parecia ridículo ter que fazer um despacho para todos os serviços a dizer que sempre que se tratasse de um assunto respeitante a uma freguesia o Presidente da Junta deveria ser informado. Portanto, esta era a prova de que esse despacho não seria ridículo, mas antes teria que ser uma realidade porque, neste caso concreto, oficialmente nem sequer tinha conhecimento da proposta que ia ser votada hoje. -----

----- De qualquer maneira, pensava que se esse despacho estivesse já em vigor, e gostava de pensar que sim, porque das verbas que estava à espera de receber há

imenso tempo também ainda não tinha tido conhecimento que as ia receber, mas, se calhar, já iam a caminho. Ele é que ainda não tinha sido informado e porventura não deveria estar tão preocupado em pagar os ordenados como de facto estava. Portanto, essa falta de informação dificultava imenso o trabalho dos Presidentes de Junta, ainda por cima quando estavam a meio tempo, tinham outras funções profissionais e não se podiam estar só a preocupar com isso. -----

----- Passando à apreciação concreta da proposta em debate, disse que parecia tratar-se de algumas alterações genéricas em relação ao PDM, nomeadamente, pelo que tivera oportunidade de ver, enquadramentos legais que passavam áreas de reconversão para áreas de empreendimentos, mas as suas limitações jurídicas não permitiam avaliar se seria um benefício ou não para a freguesia e para as populações. -----

----- O processo já se tinha iniciado no mandato anterior, e só tiveram conhecimento na Junta de Freguesia, através dos Vereadores Rita Magrinho e Manuel Figueiredo, relativamente às áreas de intervenção que seriam para espaços verdes e equipamentos desportivos, já que quanto à parte urbanística propriamente dita a Vereadora Margarida Magalhães nunca dera qualquer informação, fugira sempre a reuniões, e parecia que estava a ser seguida nessa política pelo actual Executivo que apresentava uma proposta com pareceres de tudo o que eram instituições menos da Junta de Freguesia. Parecia que a Junta de Freguesia não tinha interesse nenhum na situação! ---

----- Disse, ainda, que a estação do Metro da Quinta das Lavadeiras, que inclusivamente já dera abaixo-assinados, protestos públicos e tudo o mais, vinha mencionada em todos os relatórios, inclusivamente no parecer do próprio Metropolitano de Lisboa vinha mencionada essa estação, no relatório da Câmara também se mencionava que o enquadramento urbanístico daquela área estava baseado num sistema de transportes que incluía uma estação do Metro, mas a verdade era que esta semana deparara, num jornal, com uma proposta do Metropolitano onde se referiam as estações em construção e em projecto e não aparecia lá nada relativamente a uma estação nessa zona. -----

----- Aparecia, por exemplo, uma estação no Aeroporto de Lisboa, que não se sabia se ia ser desmantelado e ia para a Ota, apareciam também outras que nem sequer fazia ideia que existiam, mas a da Quinta das Lavadeiras não estava incluída, pelo que pedia à Câmara, que com certeza teria outras condições para pressionar o Metropolitano de Lisboa, que à Junta de Freguesia pura e simplesmente se recusava a ouvir, que procurasse demonstrar à administração do Metropolitano que essa estação não era um capricho da Junta de Freguesia nem da população da Ameixoeira, mas sim uma necessidade que inclusivamente estava estudada em projectos importantes. -----

----- Prosseguindo, disse que se fazia menção a um plano de urbanização que estava a ser efectuado para o bairro histórico da Ameixoeira, o UOP 6, mas a Junta também não tinha conhecimento de nada. -----

----- O que os preocupava não eram as alterações genéricas dos projectos urbanísticos, o que os preocupava era que as casas estavam construídas desde finais do ano passado, as populações foram lá autenticamente despejadas, e depois não tinham acessibilidades, não tinham equipamentos, não tinham centro de saúde, não tinham

policimento, não tinham iluminação nas ruas, não tinham sequer vias de acesso suficientemente largas para a Carris poder servir convenientemente as pessoas, que tinham que subir as encostas a pé porque não havia transportes públicos decentes para as casas já construídas ao abrigo do PER. Ou seja, esses problemas é que efectivamente eram preocupantes, porque as populações estavam ali a viver, há cerca de seis meses, no meio de um caixote de betão sem nada à volta. -----

----- E como tinham que ponderar que a qualidade de vida dos cidadãos não se podia avaliar só por papeis mas teria que haver actos concretos, desejavam saber quando se deixaria de pensar em papeis e se passaria a efectivar as obras que estavam programadas, porque havia um curso em que realmente as casas seriam a primeira fase de construção e tudo o resto iria ser feito a seguir, mas desde o fim do ano passado só lá estavam as casas e o resto parecia que não estava. -----

----- Referiu que dos realojamentos ao abrigo do PER ainda continuavam muitas casas por demolir. Felizmente no Bairro das Galinheiras ao fim de cinco meses começaram as demolições e foi resolvida essa parte, mas já fizeram muitos officios, quer para a Câmara, quer para a Polícia Municipal, porque havia outras zonas como o Alto do Chepeleiro e a Torrinha que tinham casas desocupadas que iam sendo invadidas por oportunistas, toxicodependentes e outros que tal, que criavam mau ambiente, as populações reclamavam e era impensável que habitações degradadas e desocupadas continuassem por demolir. De resto, noutras freguesias, por exemplo a Charneca e os Olivais, também esse problema parecia existir, não era só ele a queixar-se. -----

----- Por fim, disse que se por acaso nas Juntas de Freguesia não tinham conhecimento das situações atempadamente, era óbvio que ali só poderiam fazer uma avaliação superficial, pelo que, neste caso concreto, pretendia deixar claro que o Grupo Municipal do PCP, não querendo inviabilizar um projecto que era do interesse das populações mas antes querendo que ele se tornasse mais rápido e mais concreto, lamentavelmente teriam que se abster visto que não tiveram oportunidade de fazer uma avaliação clara nem sequer foram ouvidos no sentido de saber se as alterações estavam de acordo com aquilo que as populações no dia-a-dia pretendiam. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o orador anterior tinha alguma razão quando dizia que desconhecia o que se estava a passar em relação à alteração do plano de pormenor, mas, como era óbvio, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira ele não poderia desconhecer todo o desenvolvimento que o processo teve, até porque, como ele mesmo tinha dito, uma parte substantiva da sua freguesia era abrangida por este plano de pormenor, que era, no fundo, a justificação da necessidade desta alteração. -----

----- Aliás, a actual Vereação, apenas e tão só tentara rectificar para minimizar os estragos daquilo que tinha sido feito no mandato anterior e que, naturalmente, o Presidente da Junta de Freguesia não podia ignorar na medida em que, nessa qualidade, deveria saber os desmandos, as alterações e as situações que se iam vivendo na própria freguesia. Não seria preciso ninguém dizer-lhe porque certamente ninguém podia dizer que não tomava atenção ao que se passava à sua volta. -----

----- Portanto, tratava-se apenas da necessidade e urgência que a Câmara tinha em rectificar situações anómalas que existiam e vinham sendo feitas. De resto, embora o Presidente da Junta tivesse dito que não viu, este plano de pormenor valorizava substancialmente o anterior na medida em que, em muitas situações, diminuía índices de densidade e alterava usos de forma a valorizar e a dar maior qualidade à sua área de implantação. -----

----- No entanto, dava razão ao Presidente da Junta da Ameixoeira quando referia a questão da falta de informação. Essa crítica fizera-a no passado e fazia-a agora também, porque, de facto, era fundamental que a todo o momento se valorizasse o trabalho da Assembleia e os seus representantes, fossem quais fossem as cores políticas que estivessem na Câmara. A seu ver, deveria haver um grande cuidado por parte do Executivo camarário em informar a Assembleia, especialmente as Juntas de Freguesia, pelo que recomendava à Câmara que arranjasse um esquema fácil de contacto e de informação às Juntas, embora neste caso tal não se revelasse necessário porque o Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira já tinha mais que conhecimento disto e sabia das razões que levaram à necessidade da alteração, até porque o processo já vinha de trás e era, no fundo, um remendar daquilo que tinha sido estragado durante o mandato em que a força política do Presidente da Junta da Ameixoeira estava no Executivo camarário. -----

----- Aliás, esta era uma solução com a qual não estavam cem por cento de acordo, mas não tinham outro remédio que não fosse votar a favor porque senão a situação ainda seria pior. Tinham que votar a favor, tinham que aprovar a proposta porque existiam situações do passado no terreno que tinham que ser regularizadas e que obrigavam, naturalmente, a esta alteração. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, insistiu na necessidade de arranjar um esquema de melhor informação às Juntas de Freguesia naquilo que a cada uma dizia respeito, e apelou para que fosse feito um esforço no sentido de isso se ir melhorando, porque era preciso dignificar os órgãos – Assembleia, Câmara e Juntas de Freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV ia entregar na Mesa um requerimento no sentido de que a matéria em discussão baixasse à Comissão Permanente de Urbanismo para parecer, uma vez que era uso na Assembleia Municipal que as figuras de ordenamento do território não fossem votadas sem o prévio parecer dessa Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, novamente no uso da palavra, referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Vítor Gonçalves, disse que ia ler o que dizia o documento/proposta de âmbito limitado, datado de Maio de 2002, portanto já do actual Executivo: -----

----- “O objectivo da proposta de alteração ao PDM é procurar que o mesmo passe a ser instrumento urbanístico que enquadre as acções urbanísticas entretanto já desenvolvidas e se adapte às mudanças que se vão operando na cidade.” -----

----- Mas só apenas desde ontem, quando recebera estes documentos, teve conhecimento que os projectos de alteração eram para enquadrar acções que já tinham

sido desenvolvidas anteriormente. E isto informalmente, porque não tivera qualquer conhecimento oficial! -----

----- No entanto, a questão não era esta! O Deputado Municipal Victor Gonçalves dizia que não estava de acordo mas que isto era o possível, ao que ele contrapunha que estava completamente de acordo que houvesse uma intervenção deste calibre. O que não podia era concordar com o Deputado Municipal Victor Gonçalves quando dizia que ele tinha obrigação de conhecer, já que ele era Presidente da Junta há tanto tempo como o Sr. Dr. Santana Lopes era Presidente da Câmara, e a documentação que tinha disponível na Junta era um documento de 1999, com um projecto geral onde ainda nem sequer estavam projectados os equipamentos nas áreas concretas, e continuava a não ter conhecimento desses equipamentos, razão porque tinha referido que a Vereadora Margarida Magalhães, na altura, não procedera de forma adequada relativamente à informação, e que agora se continuava a passar exactamente a mesma coisa. -----

----- Por outro lado, também não podia admitir que o Deputado Municipal Victor Gonçalves dissesse que se morava lá tinha que ver, porque aquilo que efectivamente via eram casas no meio dum vale que estava completamente em bruto, quando, segundo o projecto apresentado no anterior mandato, era que até Dezembro se construíam as habitações e depois dava-se continuidade aos espaços verdes e aos equipamentos desportivos, e de Dezembro para cá não tinha visto nada disso. -----

----- Portanto, independentemente do Deputado Municipal Victor Gonçalves gostar ou não do projecto, ele estava feito e era válido, o que era preciso era que o aplicassem ao terreno e não se limitassem só aos papeis. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, procedeu à leitura do requerimento anunciado pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, que tinha o seguinte teor: -----

----- REQUERIMENTO -----

----- “Sendo uso desta Assembleia que os planos de ordenamento do território mereçam a análise e aprofundamento por parte da Comissão de Urbanismo, propõe-se que: -----

----- A presente proposta baixe à respectiva Comissão para emissão de parecer.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o de imediato à votação tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PPM. -----

----- Face ao resultado desta votação, prosseguiu o debate da proposta 166/2002. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que nesta como em todas as matérias o PS pautava-se sempre, apenas e tão só, pela noção da responsabilidade. E queriam transmitir isso porque a bancada não alterara um milímetro aquele que foi o seu comportamento no passado, era hoje e continuaria a ser no futuro. -----

----- Disse, depois, que com todo o respeito pelo requerimento que o PEV legitimamente apresentara, entendiam que estando em confronto dois tipos de interesses era óbvio que o interesse público teria que se sobrepôr aquilo que era o interesse da Assembleia Municipal, pese embora ele fosse um interesse legítimo. Mas

porque outros valores se levantavam, o Partido Socialista entendia que a sua noção de responsabilidade teria que ser sempre presente neste tipo de situações. -----

----- Aliás, não podiam nunca perder de vista que a Câmara Municipal era e teria que ser sempre uma pessoa de bem, e havendo compromissos assumidos, compromissos que estavam já em vigor com esta proposta, que eram públicos, que eram conhecidos de toda a gente, de toda a gente que queria saber, o PS, como partido responsável que era, não podia ter outra postura que não fosse votar contra o requerimento e votar favoravelmente a proposta da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, novamente no uso da palavra, aludiu à intervenção anterior referindo que desejava fazer dois comentários: o primeiro para dizer que o requerimento não tinha sido só subscrito pelo PEV mas também pelo PCP e pelo BE, e o segundo para dizer que ninguém ali era irresponsável, pelo menos esperava que tivessem essa perspectiva, e não via que fosse incompatível a noção de responsabilidade com um parecer que a Comissão desse, por exemplo até à próxima sessão, no dia 9 de Julho. De facto, não via que essas três semanas de aprofundamento convertessem quem quer que fosse em irresponsável. ----

----- Aliás, via até que a lógica de irem sempre atrás dos compromissos tinha dado quase sempre maus resultados, pelo que, pessoalmente, preferia saber, aprofundar e conhecer o que votava. Não passava cheques em branco em nome de que alguém teria estabelecido compromissos aos quais ainda não tinha dado validade. -----

----- Portanto, julgava ser de todo o interesse, como sempre tinha sido feito na Assembleia, que figuras como o ordenamento do território merecessem debate na Comissão de Urbanismo, como muitas vezes tinha acontecido com a presença dos técnicos da Câmara que tinham acompanhado as matérias, para dar explicações e aprofundamento. Até porque, como referira o Presidente da Junta da Ameixoeira na sua intervenção inicial, era significativa a área da freguesia que ia ser alterada, o que, naturalmente, teria impactos no plano periférico, etc., que mereciam ser conhecidos pela Assembleia antes de os votar. -----

----- A terminar, disse que esta matéria poderia ser aprofundada pela Comissão, com a presença de técnicos e responsáveis da Câmara, e melhorada naquilo que pudesse ainda ser melhorada, mas esse benefício para a Cidade de Lisboa acabara de ser recusado em nome de uma responsabilidade qualquer. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP recusava a acusação de pretensa irresponsabilidade perante a votação do requerimento. Até pelos mesmos motivos que o Deputado Municipal Dias Baptista ali colocara, entenderam que deveriam votar favoravelmente o dito requerimento no sentido da proposta em debate baixar à Comissão, independentemente do *timing* que depois seria necessário para dar resposta à questão. -----

----- Por outro lado, entendiam que não deviam inviabilizar a proposta porque havia muita coisa já concretizada e definida neste processo, mas também entendiam que havia questões que deveriam ser mais conscientemente aprofundadas para que pudessem ter uma votação diferente daquela que iam ter hoje. Aliás, estavam ali a tratar de alterações ao PDM, alterações para viabilizar ainda loteamentos directos,

etc., matérias que deveriam ser assumidas de forma clara e transparente para saberem o que estavam a votar. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 166/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e a abstenção do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A declaração de voto da bancada do PS é muito simples mas não podíamos deixar de fazê-la, fundamentalmente por uma questão de coerência. E é fazendo um apelo à coerência que nós votamos favoravelmente esta proposta, porque ela vem na linha daquilo que foi a actuação do Executivo passado. -----

----- Queria trazer à colação e relembrar a esta Assembleia, em nome da bancada do Partido Socialista, que esta proposta que o PS agora aprovou, conscientemente, é uma proposta que foi iniciada, trabalhada e só não concluída porque não houve tempo, pelo Executivo passado. Portanto, era uma proposta do Executivo do PS e do PCP. -----

----- Nós votamo-la favoravelmente, e em consciência obviamente, porque temos total confiança e total segurança nos Vereadores que nos representavam no mandato passado, assim como temos também nos Vereadores que agora nos representam.” -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA 168/2002 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA E AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE FOGOS DE REALOJAMENTO AO ADJUDICATÁRIO E CONSTRUÍDOS POR ESTE EM TERRENO DO MUNICÍPIO NA MODALIDADE DE PERMUTA DE BENS PRESENTES POR BENS FUTUROS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 E ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 168/2002 -----

----- “Considerando que foi aberto, através da Deliberação n.º 96/AM/2000, tomada em reunião de 19 de Dezembro de 2000, o Concurso Público Internacional n.º 1/COPRAD/2000 para a "Urbanização do Vale de Chelas - Fase II", o qual incluiu a ligação viária da Rotunda do Vale de Chelas à Rua Gualdim Pais, a cobertura dos reactores biológicos da ETAR de Chelas e ainda a aquisição de 250 fogos na zona do RQ 2, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) no Vale de Chelas - Fase II; -----

----- Considerando que através do Concurso Público Internacional mencionado se dá continuidade à concretização do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, empreendimento fundamental para reestruturação desta zona da cidade, que carece fundamentalmente de intervenções desta natureza; -----

----- Considerando que com o desenvolvimento desta intervenção se consegue contornar e eliminar o estado de degradação da zona Curraleira/Embrechados; -----

----- Considerando que com esta empreitada se consegue cobrir a área do clarificador da ETAR de Chelas, tornando possível a ocupação de alguns dos fogos construídos na 1ª Fase; -----

----- Considerando que esta empreitada permite inverter a situação existente que torna essa zona um *ghetto*, proporcionando, ao mesmo tempo, a ligação das Olaias - Xabregas - Av. Infante D. Henrique; -----

----- Considerando que este concurso só tem um concorrente admitido e qualificado e que a revisão da proposta não põe em causa princípios de igualdade, transparência e concorrência preconizados pelo Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho; -----

----- Considerando que o concorrente aceitou as recomendações produzidas no relatório de apreciação das propostas, no sentido de que o projecto de execução seja elaborado nesse contexto; -----

----- Considerando que como os preços apresentados para os lotes (199,52 euros/m2 de construção) são inferiores aos de mercado e ao preço anteriormente praticado no concurso da 1ª Fase não se deverá aceitar o pagamento da obra mediante a entrega de lotes municipais; -----

----- Considerando que existe uma verba de 1 258 073,53 euros de trabalhos a menos, que representam os custos do RTB 3/4, RTB 7 e RTB 10, mantendo-se a parte de elaboração dos projectos de loteamento; -----

----- Considerando que o valor global da empreitada será de 22.146.665,02 euros (vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros e dois cêntimos); -----

----- Temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- I - Adjudicar a empresa SOPOL - Sociedade Geral de Construções e Obras Públicas, S.A. a execução dos trabalhos que constituem o objecto da Empreitada relativa ao Concurso Público Internacional nº 1/COPRAD/2000 para a "Urbanização do Vale de Chelas - Fase II", pela importância de 22.146.665,02 euros (vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros e dois cêntimos) e em conformidade com a proposta respectiva e condicionamentos do Relatório Final de Apreciação das Propostas, nos termos do disposto no artigo 105º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março; -----

----- II - Aprovar a minuta do contrato da Empreitada relativa ao Concurso Público Internacional nº 1/COPRAD/2000 para a "Urbanização do Vale de Chelas - Fase II", que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, nos termos do disposto no artigo 105º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março; -----

----- III- Submeter à Assembleia Municipal, nos termos do nº 6 do artigo 9º do Regulamento do Orçamento em vigor, a repartição do encargo de 22.146.665,02 euros (vinte e dois milhões, cento e quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros e dois cêntimos), acrescido de IVA (vide rubrica 23.00/07.02.03.01, Acção do Plano 01/01/A102 Vale de Chelas, do Orçamento em vigor), da seguinte forma: -----

----- 2002: 4 695.30 euros (IVA incluído); -----

----- 2003: 11 860 304.70 euros (IVA incluído); -----

----- 2004: 6 300 000 euros (IVA incluído); e -----

----- 2005: 5 088 998.27 euros (IVA incluído). -----
----- IV- Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea i) do n° 2 do artigo 53° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, a autorização de aquisição de fogos de realojamento ao adjudicatário e construídos por este em terreno para o efeito cedido pelo próprio Município na modalidade de permuta de bens presentes (terrenos infraestruturados) por bens futuros (fogos construídos), nos termos constantes da Minuta do Contrato Quadro relativo à construção dos fogos de realojamento, que constitui o Anexo II ao programa base, bem como nas demais condições constantes do programa base e da proposta do adjudicatário.” -----
----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 168/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----
----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----
----- **O Senhor Presidente** esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária nesta data iniciada. -----
----- Eram 18 horas e 45 minutos. -----
----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretária, _____ . -----
----- O PRESIDENTE -----